

**CONTRATO DE CONCESSÃO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE NOVA FRIBURGO E CAENF -
ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA
FRIBURGO LTDA., NA FORMA A
SEGUIR:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

Aos trinta e um dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e nove, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na Av. Alberto Braune, nº 225, nesta cidade, compareceram, de um lado, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Paulo Azevedo, doravante denominado CONCEDENTE e, de outro lado, a Empresa CAENF - ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA FRIBURGO LTDA., sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede nesta cidade, na Rua Antônio Mário de Azevedo, nº 417, no bairro de Duas Pedras, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.119.806/0001-91, neste ato representada, em conformidade com o disposto nas cláusulas sétima e nona do seu contrato social, por seus Gerentes Delegados, Dr. Belopes Antonio Alves, brasileiro, casado, economista, portador da Identidade nº 8.288, expedida pelo Conselho Regional de Economia, inscrito no CPF sob nº 182.851.477-20, e Dr. José Wellington Ribeiro, brasileiro, separado, engenheiro, portador da identidade nº 998-D, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, inscrito no CPF sob nº 608.610.108-68, doravante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, a qual foi constituída pelas empresas Multiservice Engenharia Ltda., sociedade brasileira por cotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Butantã, 500, 9º andar, conjuntos 91 e 92, inscrita no CGC. sob o nº 27.603.694/0001-09 e Earth Tech Environment & Infrastructure, Inc., sociedade constituída e existente em conformidade com as leis do estado de Wisconsin, com sede:

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Custas - Autenticação: R\$ 2,68 (Tabela 01, nº 5 e 9 e Tabela 07, nº 3)

19 de fevereiro de 2001

Marcos Braune - Tabelião / Vanda Maria dos Santos - Escrevente Autorizada

Obs. confere conforme
fotocópia Autêntica



em 100 W. Broadway, Suite 5.000, Long Beach, Califórnia, EUA, ambas integrantes do Consórcio Vencedor da Licitação nº 002/98, na Modalidade de Concorrência Pública, promovida pelo CONCEDENTE, têm entre si justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelos seguintes termos e condições que se seguem:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a concessão, em caráter de exclusividade, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Nova Friburgo - RJ, aí incluídas captação; tratamento, distribuição geral de água, coleta e tratamento de esgotos, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração dos sistemas e cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo ainda estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão.

Parágrafo Primeiro

Os serviços ora concedidos, bem como as obras necessárias a sua consecução deverão ser prestados de modo a atender às necessidades do interesse público, correspondendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade e segurança, conforme o previsto no Edital.

Parágrafo Segundo

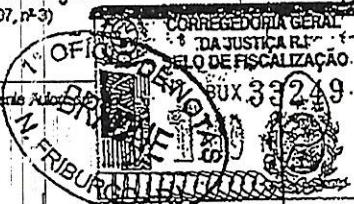
Na execução do presente Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá empregar pessoal habilitado e idôneo, nos limites das necessidades exigidas para tanto. Será permitida a subcontratação de serviços, permanecendo, entretanto, a responsabilidade final sempre com a Concessionária, ouvida previamente a CONCEDENTE.

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Cúpias - Autenticação: R\$ 2,68 (Tabela nº 5 e 9) e Tabela 07, nº 3)

19 de Setembro de 2001

Marcelo Braune - Tabelião / Vanda Maria - Escrevente Autentica



Parágrafo Terceiro

Fica estabelecido que a CONCESSIONÁRIA terá exclusividade na execução dos serviços, objeto do presente instrumento, não podendo a CONCEDENTE contratar outra empresa para a prestação de quaisquer serviços que estejam previstos no escopo da presente Concessão durante a sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO

3.1 O prazo da Concessão é de 25 (vinte e cinco) anos, observadas as disposições do Edital e a legislação aplicável, contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato.

3.2. Em havendo interesse manifesto de ambas as Partes, o presente contrato poderá ser prorrogado até o limite máximo total suplementar de 25 anos, a exclusivo critério e conveniência da CONCEDENTE.

Até 60 (sessenta) meses antes do termo final do prazo contratual, deverá a Concessionária manifestar seu interesse na prorrogação contratual, encaminhando pedido a CONCEDENTE que decidirá, impreterivelmente, sobre o mesmo até 36 (trinta e seis) meses antes do término deste contrato.

A CONCESSIONÁRIA somente poderá pleitear prorrogação da Concessão desde que não tenha sido reincidente em condenação administrativa ou judicial por abuso de poder econômico e tenha atingido e mantido a prestação de serviço adequada, compatível com a demanda e com as disposições da Lei Federal 8987/95.

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO

A remuneração da CONCESSIONÁRIA será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de águas e esgotos faturáveis e aos demais serviços conforme Tabelas de

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Presílio, 481º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico a quem se que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Custas - Autuação: R\$ 2,68 (Tabela 01, nº 5 e 9 e Tabela 07, nº 3)

19 de fevereiro de 2001

Marcelo Brauns - Tabelião / Santa Maria dos Santos - Escritório Autônomo

Obs. confere com
fotocópia aut.
CORREGEDORIA GERAL
E DA JUSTIÇA
SELO DE FISCALIZAÇÃO

1º OFÍCIO Nº BUX 33250

Prestação de Serviços do Edital, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

Parágrafo Primeiro

Os valores das tarifas (TRA e TRE), bem como das taxas de serviços, serão reajustados de acordo com a fórmula abaixo, aplicada na menor periodicidade permitida pela Lei tendo como data-base o mês de emissão da primeira ordem de serviço.

$$IRT = 30\% MO + 20\% EE + 15\% PQ + 35\% CC$$

Onde:

IRT = Índice de Reajuste da Tarifa

MO = variação do custo da Mão-de Obra; expressa pelo índice Custo Mão-de-Obra

Construção RJ (coluna 10 - FGV)

EE = variação da tarifa da Energia Elétrica.

PQ = variação do custo dos Produtos Químicos expressa pelo índice Indústria

Transformação Química Total (coluna 53 - FGV)

CC = variação do custo da Construção Civil expressa pelo índice Custo Médio da

Construção RJ, (coluna 06 - FGV)

Para efetuar-se o cálculo, utilizar-se-á como índice inicial o referido ao segundo mês anterior ao da data-base, e como índice final o referido ao segundo mês anterior ao da data em que se realiza o reajuste. O IRT será calculado com 4 (quatro) casas decimais, com arredondamento.

O cálculo do reajuste das tarifas e taxas será encaminhado, através de requerimento, para a CONCEDENTE, que terá 10 (dez) dias para analisá-lo e comentá-lo. Após este prazo, caso não ocorra nenhuma manifestação formal por parte da CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA estará autorizada a aplicar o reajuste. Caso o cálculo do reajuste

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 48/1º andar - Telefex (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Cadastrado - Autenticação: 02/02/2011 (Tabela 01, p. 6 de 10) - Tabela 02, nº 30/FIC/02

Obs. confere com
fotocópia 24

CORREGEDORIA
1. DA JUSTIÇA RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
pág. 3-2-51

não seja aceito pela CONCEDENTE, por erro apontado, a CONCESSIONÁRIA deverá refazê-lo e reapresentá-lo, iniciando-se nova contagem do prazo para análise.

Parágrafo Segundo

Para a arrecadação das tarifas e dos demais serviços prestados junto aos usuários, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar um sistema de cobrança de tarifas, em conformidade com o Edital.

Parágrafo Terceiro

O processo de revisão das tarifas e da tabela de prestação de serviços será realizado pela CONCEDENTE, com a participação do representante da Concessionária, nos termos do Edital. Este processo se inicia com requerimento da CONCESSIONÁRIA à CONCEDENTE, acompanhado de Relatório Técnico que demonstre a necessidade da revisão e sua repercussão.

A CONCEDENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para decidir sobre o requerimento. Caso a decisão seja positiva, a CONCESSIONÁRIA ficará autorizada a aplicar o novo valor da tarifa imediatamente. Caso negativa, a revisão solicitada poderá originar uma divergência a ser solucionada através de arbitragem, seguindo o processo definido no Regulamento da Concessão.

Parágrafo Quarto

Caso a CONCEDENTE, por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, decida não autorizar o reajuste e/ou a revisão das tarifas e da tabela de prestação de serviços, quando estes se fizerem necessários, em decorrência de quaisquer motivos causadores de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato, a própria CONCEDENTE será responsável pelo reembolso, mensal, a CONCESSIONÁRIA dos valores necessários à retomada do referido equilíbrio no Contrato.

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasilio, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Custos - Autenticação: R\$ 2,68 (Tabela 01, nº 5 e 9 e Tabela 07, nº 3)

19 de Fevereiro de 2001

Marcelo Brune - Tabelião

OFÍCIO

Obs: confira conteúdo
fotocópia Autêntica
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO

Nº BUX 33252

332

Parágrafo Quinto

A CONCESSIONÁRIA deverá promover a cobrança, por via judicial ou extrajudicial, de valores objeto de inadimplemento por parte de usuários, inclusive com o acréscimo de multa e reajuste cabíveis nos termos da legislação federal então vigente.

Parágrafo Sexto

São as seguintes a estrutura tarifária e a tabela de taxa de serviços vigentes:

Estrutura Tarifária Pré-estabelecida de Serviço Medido

CATEGORIAS DE USO	CLASSES DE CONSUMO CÓDIGO FAIXA (M³/MES.ECON.)	TARIFAS	
		ÁGUA (R\$/M³)	ESGOTOS (R\$/M³)
Residencial	R.1	0 a 15	1,0 x TRA
	R.2	16 a 30	2,2 x TRA
	R.3	31 a 45	3,0 x TRA
	R.4	46 a 60	6,0 x TRA
	R.5	acima de 60	8,0 x TRA
Comercial	C.1	0 a 20	3,4 x TRA
	C.2	21 a 30	5,99 x TRA
	C.3	acima de 30	6,4 x TRA
Pública	P.1	0 a 15	1,32 x TRA
	P.2	acima de 15	2,92 x TRA
Industrial	I.1	0 a 30	4,7 x TRA
	I.2	31 a 130	5,4 x TRA
	I.3	acima de 130	5,7 x TRA

Notas:

1. As classes R1, C1, P1 e I1 serão faturadas para consumo, respectivamente, de 15 m³, 20m³, 15m³ e 30m³, independentemente do consumo verificado.

2. As economias não hidrometradas serão cobradas até o 60º mês, contado de ordem de serviço inicial através de estimativas, relacionando o volume consumido com o número de quartos quando forem da categoria residencial, ou com a sua área quando forem das outras categorias, conforme tabela abaixo, idêntica à praticada pela CEDAE.

B

Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Custo - Autenticação: R\$ 2,50 (Tabela 01, nº 5 e 9 e Tabela 07, nº 3)

19 de fevereiro de 2001

Marcelo Bruno - Tabelião / Vanda Maria dos Santos - Escrevente Autenticada

Obs. confere
Cópia Autenticada
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
50 x 38253

Companhia Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro – para municípios do interior, à semelhança do Município de Bom Jardim, conforme a Lei Municipal nº 2929/97. A partir do 61º mês, contado da ordem de serviço inicial, tais economias serão cobradas pelas classes R1, C1, P1 ou I1, conforme sua categoria.

Categoria Residencial		Volume
Número de Quartos		m³/Mês
01		15
02		30
03		45
04 a 05		60
Acima de 05		75

Piscina	Acrescentar mais 20 m³
Categoria Comercial	Volume
m²	m³/Mês
Até 20 m²	30
De 21 a 30 m²	40
Acima de 30 m²	50
Categoria Industrial	Volume
m²	m³/Mês
Até 20 m²	30
De 21 a 30 m²	50
Acima de 30 m²	70
Categoria Pública	Volume
m²	m³/Mês
Até 20 m²	30
Acima de 20 m²	50

3. Na aplicação da estrutura tarifária deve ser considerado o efeito-cascata.

Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasília, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Custos - Autenticação: R\$ 2,68 (Tabela 01, n.º 5 e 9 e Tabela 07, n.º 3)

Obs. confere conforme fotocópia Autenticada
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO

Tabela de Taxas de Serviços (O valor da Taxa de Serviços corresponde à n do coeficiente indicado na Tabela a seguir pelo valor vigente da TRA).

ÁGUA		
1	Conserto no Cavalete	40
2	Substituição de cavalete (e ramal)	40
3	Substituição de registros no cavalete	-
3.1	Diâmetro 3/4"	40
3.2	Diâmetro 1"	40
3.3	Diâmetro 1 1/2"	40
3.4	Diâmetro 2"	40
4	Corte de ramal (a pedidos) s/ reposição pvt. (à vista)	120
5	Aferição de hidrômetro	-
5.1	No local	70
5.2	Com remessa ao fabricante	100
6	Colocação e substituição de hidrômetro	-
6.1	Colocação diâmetro 3/4"	50
6.2	Colocação diâmetro 1"	90
6.3	Colocação diâmetro 1 1/2"	200
6.4	Colocação diâmetro 2"	360
6.5	Substituição diâmetro 3/4"	30
6.6	Substituição diâmetro 1"	50
6.7	Substituição diâmetro 1 1/2"	110
6.8	Substituição diâmetro 2"	200
7	Ligação de águas s/ fornecimento de hidrômetro	-
7.1	Diâmetro 3/4"- residencial	300
7.2	Diâmetro 3/4"- comercial e industrial (à vista)	360
7.3	Diâmetro 1"- qualquer categoria	360
7.4	Diâmetro 1 1/2" - qualquer categoria	560
7.5	Diâmetro 2" - qualquer categoria	560
8	Dimensionamento ramal de entr. (até 10,0 m)	-
8.1	Diâmetro 1/2" para 3/4"	300
8.2	Diâmetro 3/4" para 1"	360
8.3	Diâmetro 3/4" para 1 1/2"	360
8.4	Diâmetro 3/4" para 2"	560
9	Ligação a título precário (construção)	-
	Custo fixo para diâmetro 3/4" (30 dias)	450
10	Conserto no ramal	100
11	Deslocamento de ramal	100
12	Religação no cavalete por falta de pagamento	60
13	Religação no ramal com retirada por falta de pagto.	60
14	Venda em caminhão-pipa / usuários (m3)	15
15	Venda em caminhão-pipa / terceiros (m3)	20
16	Recomposição de pavimento (m2)	40

ESGOTO		
17	Desobstrução de ramal	70
18	Deslocamento de ramal	380
19	Substituição de ramal	380

20	Redimensionamento do ramal (até 10,0 m)	490
21	Ligação de esgoto (até 10,0 m)	-
	20.1 Diâmetro 4" - Residencial	380
	20.2 Diâmetro 4" - Comercial	690
	20.3 Diâmetro 4" - Industrial	1.030
	20.4 Diâmetro 6" - Residencial	550
	20.5 Diâmetro 6" - Comercial	760
	20.6 Diâmetro 6" - Industrial	1.520
22	Recomposição de pavimento (m2)	40

SERVIÇOS		
23	Verificação de consumo	40
24	Segunda via de contas	5
25	Segunda via de débitos	5
26	Certidão negativa	15
27	Cancelamento de débito em conta-corrente	5
28	Aprovação de projetos	300
29	Transferência	40

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Constituem obrigações da Concessionária:

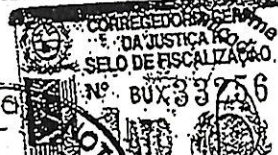
1. planejamento, implantação, ampliação, operação, manutenção, administração e exploração dos serviços objeto do presente instrumento, de forma a cumprir todos os compromissos assumidos perante a CONCEDENTE, nos termos do Edital e do presente Contrato;
2. realizar os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços, objeto da presente contratação, nos termos da Proposta por ela ofertada na licitação que antecedeu o presente Contrato;
3. efetuar, durante o prazo de Concessão, todas as obras necessárias ao cumprimento integral das obrigações por ela assumidas, de forma a executar plena e satisfatoriamente os serviços ora concedidos;
4. elaborar e implementar esquemas de pronto atendimento ao usuário, inclusive, em regime de 24 horas a situações de emergência e, para tanto, mantendo disponíveis

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Custas - Autenticação: R\$ 2,63 (Tabela 01, nº 5 e 9 e Tabelas 07, nº 3)

19 de fevereiro de 2001

OFÍCIO



recursos materiais e humanos, bem como atender incontinenti às obras em logradouros públicos solicitadas pela CONCEDENTE;

5. zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas de qualquer forma envolvidos nos serviços concedidos, respondendo pelo assessoramento à coletividade na preparação dos dossiês exigidos pelos agentes de proteção do meio-ambiente;

6. cumprir as determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

7. conduzir suas atividades com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, em rigorosa observância às cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento;

8. responder pelo integral cumprimento das regulamentações vigentes no País, em especial quanto às obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, securitárias, fiscais, comerciais, civis e criminais, relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços ora concedidos;

9. responsabilizar-se por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados à CONCEDENTE, e/ou a terceiros, face à sua ação ou omissão, ou de seus empregados, subcontratados e prepostos, decorrentes dos serviços ora concedidos;

10. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que antecederam o presente contrato;

11. fornecer à CONCEDENTE todas as informações que forem necessárias ao acompanhamento e à fiscalização dos serviços objeto da presente contratação, bem como, atender às suas solicitações;

12. sustar a prestação dos serviços ora concedidos aos usuários inadimplentes quanto ao

B

Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo

Rua Ernesto Brasileiro, 48/1º andar - Telefex (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Custas - Autenticação: R\$ 2,68 (Tarifa 01, nº 5 e 9 e Tabela 07, nº 3)

19 de fevereiro de 2001

Marcelo Braune - Tabelião / Vanda Maria dos Santos - Escrevente Autorizada

Obs. copiare
total.

CORREGEDORIA
DA JUSTIÇA
SELO DE FISCALIZAÇÃO

Nº BUX 33237

pagamento da conta tarifária, a partir do 30º (trigésimo) dia, contados da data do vencimento da aludida conta;

13. cumprir rigorosamente o caput dos incisos 11.3.12, 12.2.11, 12.2.12, 12.2.12.1, 12.2.13, 12.2.13.1 e 12.2.14 do Edital da Concessão, sob pena de rescisão do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Constituem obrigações da Concedente:

1. obter as concessões de direito de uso do manancial de água bruta, que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento do objeto deste contrato, durante o prazo de vigência deste instrumento;

2. fiscalizar os serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA, zelando pela boa qualidade dos mesmos, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos usuários;

3. realizar, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, uma avaliação dos bens públicos a serem utilizados por esta na prestação dos serviços concedidos, com o intuito de determinar o estado de conservação dos mesmos, bem como as condições de sua manutenção, de modo que a CONCESSIONÁRIA possa, ressalvado o desgaste por uso normal, devolvê-los, ao término do prazo de Concessão, em condições adequadas de funcionamento.

3.1. para os fins do disposto no item 3 acima, serão lavrados os Termos de Entrega e Recebimento dos bens supra mencionados, quando da assinatura e do término do presente instrumento, sendo que o Termo de Entrega passará a ser parte integrante deste Contrato;

4. responsabilizar-se pela rescisão de todos os contratos por ela firmados anteriormente

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasília, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Perfeco e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Quota de Autenticação: R\$ 2,68 (Tabela 01, nº 3 e Tabela 02, nº 3)

19 de fevereiro de 2001

Marcelo Braune - Tabelião / Vanda Maria dos Santos - Escrevente Autentica



a assinatura do presente instrumento, referentes aos serviços ora concedidos, arcando com todas as obrigações e responsabilidades decorrentes dos referidos instrumentos e de suas respectivas rescisões, mantendo a CONCESSIONÁRIA atualizada quanto às mesmas;

5. declarar de utilidade pública os bens e as áreas necessários à prestação dos serviços ora concedidos, promovendo as desapropriações, cabendo à CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se pelo pagamento das respectivas indenizações, no caso de terrenos privados;

6. aprovar e homologar o reajuste e a revisão do valor das tarifas e da tabela de prestação de serviços, conforme o previsto no presente instrumento;

7. assegurar à CONCESSIONÁRIA equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma da Cláusula Décima – Sexta do presente instrumento.

8. Informar a CONCESSIONÁRIA sobre aprovações de loteamentos, conjuntos habitacionais e novas indústrias.

9. Assumir a responsabilidade pela quitação de todas as dívidas que tenham sido originadas ou decorram, direta ou indiretamente, das atividades da AMAE-NF ou de suas antecessoras.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES DE METAS

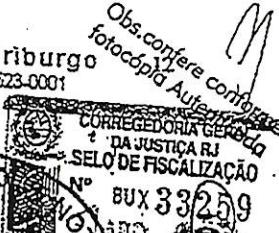
A CONCEDENTE pode solicitar à CONCESSIONÁRIA, e esta deverá atender, alterações no planejamento das metas, objeto desta contratação, desde que assegurada previamente a manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira advinda do Planejamento Econômico-Financeiro da Concessão, constante da PROPOSTA COMERCIAL ofertada pela CONCESSIONÁRIA na Licitação que antecedeu o presente contrato, a qual passa a fazer parte integrante do presente instrumento,

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasília, 48/1º andar - Telefax: (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Cotas - Autenticação: R\$ 2,88 (Tabela 07, nº 3 e 9 e Tabela 07, nº 3)

18 de fevereiro de 2001

Marcelo Bruno - Tabelião - Vanda Maria das Neves - Escrevente Autentica



juntamente com a PROPOSTA TÉCNICA apresentada na Licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

8.1 - Constituem direitos do usuário:

8.1.1. exigir a prestação de um serviço em nível adequado pela CONCESSIONÁRIA, de forma a ver atendidas as suas necessidades de saúde e higiene,

8.1.2. receber as informações necessárias quanto aos serviços concedidos, bem como quanto à qualidade dos mesmos.

8.2 - O usuário tem a obrigação de pagar em dia as contas relativas às tarifas, e à prestação dos demais serviços ora concedidos, sob pena de ter os serviços suspensos, conforme o previsto neste instrumento.

8.3 - Os direitos e obrigações do usuário encontram-se definidos conforme disposto no Edital e no Regulamento da Concessão.

CLÁUSULA NONA - UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

No exercício de suas atividades, poderá a CONCESSIONÁRIA utilizar os bens públicos municipais, estabelecer servidões nas estradas, caminhos e logradouros públicos, para a realização de obras e instalações.

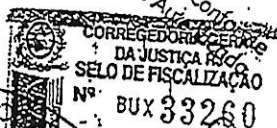
Parágrafo Único: Findo o prazo da presente Concessão, todos os bens públicos e instalações utilizados pela CONCESSIONÁRIA reverterão automaticamente ao Município de Nova Friburgo-RJ, bem como os bens e instalações acrescidos aos mesmos durante a vigência deste instrumento, em perfeitas condições de uso, conforme as diretrizes previstas neste instrumento, ressalvado o desgaste por uso normal.

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Prasilho, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Outros - Autenticação: P.S. 2.68 (Tabela 01, n.º 5 e 3 e Tabela 07, n.º 3)

19 de fevereiro de 2001

Marcelo Bratke - Tabelião / Vanda Maria dos Santos - Escrevente Autorizada



CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONCEDENTE deverá fiscalizar e assegurar, através do disposto em lei, o fiel e integral cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato.

Parágrafo Primeiro

Para que a CONCEDENTE possa exercer devidamente sua fiscalização, a CONCESSIONÁRIA deverá manter em seu escritório de administração todos os elementos necessários à prestação das informações e dos esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Parágrafo Segundo

A CONCESSIONÁRIA deverá preparar e apresentar, semestralmente, à CONCEDENTE um relatório dos serviços ora concedidos, bem como dos investimentos realizados, devendo constar no aludido relatório todas as atividades ocorridas no período de modo a existir um perfeito controle quanto à prestação dos serviços concedidos, bem como quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Parágrafo Terceiro

A CONCESSIONÁRIA deverá publicar anualmente, no Diário Oficial do Município e em dois jornais de ampla circulação local, as demonstrações financeiras, referentes a cada exercício fiscal.

Parágrafo Quarto

A fiscalização do serviço será feita a qualquer tempo e sempre que se fizer necessário por intermédio de órgão técnico da CONCEDENTE.

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 49/1º andar - Telefax (024) 523-0001
Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Dadas - Autenticação: R\$ 2,58 (Tabela 01, nº 5 e 9 e Tabela 07, nº 3)

19 de fevereiro de 2001

Marcos Braune - Tabelião / Linda Maria dos Santos - Escrevente Autêntica

OFÍCIO

BRAUN

Nº BUX 33261

1979

1979

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

A presente Concessão poderá ser extinta nos termos da Lei Federal 8987/95, conforme Capítulo IX do Anexo I do Edital, garantidos os direitos da Administração estipulados no aludido diploma.

Parágrafo Primeiro

Extinta a Concessão, em qualquer das hipóteses legais, as PARTES, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da assunção do serviço pela CONCEDENTE, concluirão todos os levantamentos, avaliações e liquidações necessários, sendo que a reversão dos bens, direitos e privilégios vinculados à Concessão somente será efetuada quando do efetivo pagamento da indenização devida.

Parágrafo Segundo

O presente Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, somente nos termos do artigo 39 da Lei 8987/95.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - GARANTIAS

A CONCESSIONÁRIA apresenta neste ato a garantia de contratar, no valor de R\$ 559.469,05 (quinhentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e seis centavos), representada pela Apólice de Seguro emitida pela Inter Brasil Seguradora S/A, de nº 01.001.750.000.254, com vencimento em 01 de maio de 2000, ficando a CONCESSIONÁRIA obrigada a promover anualmente a sua renovação independentemente de notificação, e cuja Apólice fica caucionada junto a CONCEDENTE, através da Termo de Caução firmado pelas partes nesta data;

B

Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 48/A - Anuar - Telefex (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Quota - Autenticação: R\$ 2,69 (Tabela 01, nº 15 e 34 - Tabela 07, nº 3)

19 de fevereiro de 2001

Marcelo Braque - Tabelião / Vanda Maria dos Santos - Escrevente Autêntica



CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PENALIDADES

O não cumprimento de qualquer uma das obrigações estipuladas neste Contrato autorizará a CONCEDENTE a aplicar o disposto ao artigo 39 do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - INDENIZAÇÕES

A CONCEDENTE se obriga a indenizar a CONCESSIONÁRIA pelos investimentos realizados ao longo do período de Concessão, e não amortizados e/ou depreciados até extinção do presente Contrato, sendo que a indenização de que cuida esta Cláusula será calculada com base no valor atualizado dos investimentos, deduzidas as amortizações e depreciações praticadas durante o período de vigência da CONCESSÃO, além de outras eventuais indenizações cabíveis nos termos do artigo 79, parágrafo segundo, da Lei 8666/93.

Parágrafo Único O pagamento de tal indenização se fará de acordo com o disposto nos artigos 35, 36, e 37 da Lei nº 8.987/95.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - TRIBUTOS

A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo recolhimento dos tributos incidentes sobre os serviços ora concedidos, não cabendo à CONCEDENTE qualquer responsabilidade quanto aos mesmos.

Parágrafo Único: Caso venham a ser criados novos tributos ou contribuições ao longo do prazo de vigência do presente Contrato, ou que sejam alterados os tributos ou contribuições existentes, de modo a afetar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do mesmo, as tarifas deverão ser imediatamente revisadas, conforme Edital e Cláusula Décima - Sexta do presente instrumento, a fim de manter a estrutura inicial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

A fim de garantir a continuidade e adequação da prestação dos serviços concedidos, fica assegurado à CONCESSIONÁRIA o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato sempre que ocorrerem motivos técnicos, econômicos, financeiros, tributários ou conjunturais que possam comprometer a cobertura dos investimentos, dos custos operacionais e de manutenção, bem como em caso de eventual responsabilização da CONCESSIONÁRIA por débitos decorrentes, direta ou indiretamente, das atividades da AMAE-NF ou de suas antecessoras.

Parágrafo Único: O reequilíbrio previsto nos termos do "caput" desta cláusula poderá ser obtido tanto por meio de ajustes na tarifa dos serviços, quanto por meio de abatimento do valor da outorga.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade de Nova Friburgo-RJ, para a solução de qualquer pendência originada no presente contrato, renunciando as Partes a qualquer outro por finais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - LEGISLAÇÃO

O presente contrato será regido em suas omissões e na interpretação de suas condições pelo disposto na Lei Federal 8.666/93 e Lei 8.883/94, Lei Federal 8.987/95 de 13/02/95, Lei Municipal nº 2929 de 02 de setembro de 1.997 e suas alterações como também as demais legislações aplicáveis.

Parágrafo único: São partes integrantes do Contrato, o Edital e seus Anexos I à VII, bem como as propostas da Licitante, nos termos do inciso XI, artigo 55 da Lei 8666/93, e o Contrato Social de Constituição da CONCESSIONÁRIA.

Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 48/1 - Fone - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Cotas - Autenticação: R\$ 2,69 (Tabela 04, nº 5 e 9 e Tabela 07, nº 3)

19 de fevereiro de 2001

Marcelo Brandão - Tabelião (União Moisés de...)

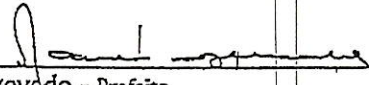
OFÍCIO

Obs. conferir e assinar
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº BUX 33264

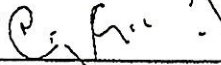
E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 6 (seis) vias de igual valor e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

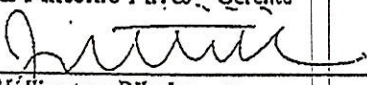
Nova Friburgo, 31 de maio de 1999

CONCEDENTE

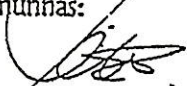
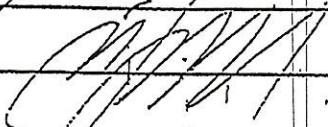

Paulo Azevedo - Prefeito

CONCESSIONÁRIA


Belopes Antonio Alves - Gerente


José Wellington Ribeiro - Gerente

Testemunhas:

B Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 43/1º andar - Telefax (024) 523-0001
Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Cada - Autenticação: R\$ 2,00 (Tabela 07, nº 5 e 0 e Tabela 07, nº 5)

19 de fevereiro de 2001

Maroska Braune - Taboção / Vanda Maria dos Santos - Escrevente Autorizada



**TERMO ADITIVO A CONTRATO DE
CONCESSÃO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
NOVA FRIBURGO E CAENF -
ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA
FRIBURGO LTDA., NA FORMA A
SEGUIR:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

Aos dezesseis dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e nove, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na Av. Alberto Braune, nº 225, nesta cidade, compareceram, de um lado, o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Paulo Azevedo, doravante denominado **CONCEDENTE** e, de outro lado, a Empresa CAENF - ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA FRIBURGO LTDA., sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede nesta cidade, na Rua Antônio Mário de Azevedo, nº 417, no bairro de Duas Pedras, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.119.806/0001-91, neste ato representada, em conformidade com o disposto nas cláusulas sétima e nona do seu contrato social, por seus Gerentes Delegados, Dr. Belopes Antonio Alves, brasileiro, casado, economista, portador da Identidade nº 8.288, expedida pelo Conselho Regional de Economia, inscrito no CPF sob nº 182.851.477-20, e Dr. José Wellington Ribeiro, brasileiro, separado, engenheiro, portador da identidade nº 998-D, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, inscrito no CPF sob o número 608.610.108-68, doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, a qual foi constituída pelas empresas Multiservice Engenharia Ltda., sociedade brasileira por cotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Butantã, 500, 9º andar, conjuntos 91 e 92, inscrita no CGC sob o nº 27.608.694/0001-09 e Earth Tech Environment & Infrastructure, Inc., sociedade constituída e existente em conformidade com as leis do estado de Wisconsin, com sede em 100 W. Broadway, Suite 5.000, Long Beach, Califórnia, EUA, ambas integrantes do Consórcio Vencedor da Licitação nº 002/98, na Modalidade de Concorrência Pública, promovida pelo **CONCEDENTE**, têm

entre si justo e acordado o presente ADITIVO ao Contrato de Concessão firmado pelas partes em 31 de maio de 1999, o qual, em face das determinações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro por ocasião do conhecimento e arquivamento do Edital Licitatório, passa a reger-se pelos termos e condições que se seguem, tendo em vista as seguintes alterações: 1) Cláusula Quinta, Item 13 - Supressão da menção aos Itens 12.2.13 e 12.2.13.1 do Edital; 2) Cláusula Décima Sexta - Adição dos parágrafos 2º, 3º e 4º, prevendo, respectivamente, multa diária por atraso na execução do contrato, correção pela TR ou outra que vier a substituí-la no caso de atrasos no pagamento de qualquer das parcelas da Outorga, e compensações no caso de antecipações de pagamentos, na forma do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a concessão, em caráter de exclusividade, pela CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Nova Friburgo - RJ, aí incluídas captação, tratamento, distribuição geral de água, coleta e tratamento de esgotos, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração dos sistemas e cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo ainda estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão.

Parágrafo Primeiro

Os serviços ora concedidos, bem como as obras necessárias a sua consecução deverão ser prestados de modo a atender às necessidades do interesse público, correspondendo às exigências de qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade e segurança, conforme o previsto no Edital.

Parágrafo Segundo

Na execução do presente Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá empregar pessoal habilitado e Idôneo, nos limites das necessidades exigidas para tanto. Será permitida a subcontratação de serviços, permanecendo, entretanto, a responsabilidade final sempre com a Concessionária, ouvida previamente a CONCEDENTE.

Parágrafo Terceiro

Fica estabelecido que a CONCESSIONÁRIA terá exclusividade na execução dos serviços, objeto do presente Instrumento, não podendo a CONCEDENTE contratar outra empresa para a prestação de quaisquer serviços que estejam previstos no escopo da presente Concessão durante a sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO

3.1. O prazo da Concessão é de 25 (vinte e cinco) anos, observadas as disposições do Edital e a legislação aplicável, contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato.

3.2. Em havendo interesse manifesto de ambas as Partes, o presente contrato poderá ser prorrogado até o limite máximo total suplementar de 25 anos, a exclusivo critério e conveniência da CONCEDENTE.

Até 60 (sessenta) meses antes do termo final do prazo contratual, deverá a Concessionária manifestar seu interesse na prorrogação contratual, encaminhando pedido a CONCEDENTE que decidirá, impreritivamente, sobre o mesmo até 36 (trinta e seis) meses antes do término deste contrato.

A CONCESSIONÁRIA somente poderá pleitear prorrogação da Concessão desde que não tenha sido reincidente em condenação administrativa ou judicial por abuso de poder econômico e tenha atingido e mantido a prestação de serviço adequada, compatível com a demanda e com as disposições da Lei Federal 8987/95.

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO

A remuneração da CONCESSIONÁRIA será efetuada pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de águas e esgotos faturáveis e aos demais serviços conforme Tabelas de Prestação de Serviços do Edital, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

Parágrafo Primeiro

Os valores das tarifas (TRA e TRE), bem como das taxas de serviços, serão reajustados de acordo com a fórmula abaixo, aplicada na menor periodicidade permitida pela Lei tendo como data-base o mês de emissão da primeira ordem de serviço.

$$IRT = 30\% MO + 20\% EE + 15\% PQ + 35\% CC$$

Onde:

IRT = Índice de Reajuste da Tarifa

MO = variação do custo da Mão de Obra, expressa pelo índice Custo Mão-de-Obra Construção RJ (coluna 10 - FGV)

EE = variação da tarifa da Energia Elétrica.

PQ = variação do custo dos Produtos Químicos expressa pelo índice Indústria Transformação Química Total (coluna 53 - FGV)

CC = variação do custo da Construção Civil expressa pelo índice Custo Médio da Construção RJ (coluna 06 - FGV)

Para efetuar-se o cálculo, utilizar-se-á como índice inicial o referido ao segundo mês anterior ao da data-base, e como índice final o referido ao segundo mês anterior ao da data em que se realiza o reajuste. O IRT será calculado com 4 (quatro) casas

Categoria Industrial m2	Volume m ³ /Mês
Até 20 m2	30
De 21 a 30 m2	50
Acima de 30 m2	70
Categoria Pública m2	Volume m ³ /Mês
Até 20 m2	30
Acima de 20 m2	50

3. Na aplicação da estrutura tarifária deve ser considerado o efeito-cascata.

Tabela de Taxas de Serviços (O valor da Taxa de Serviços corresponde à multiplicação do coeficiente indicado na Tabela a seguir pelo valor vigente da TRA).

ÁGUA		
1	Conserto no Cavalete	40
2	Substituição de cavalete (e ramal)	40
3	Substituição de registros no cavalete	-
	3.1 Diâmetro 3/4"	40
	3.2 Diâmetro 1"	40
	3.3 Diâmetro 1 1/2"	40
	3.4 Diâmetro 2"	40
4	Corte de ramal (a pedidos) s/ reposição pvto. (à vista)	120
5	Aferição de hidrômetro	-
	5.1 No local	70
	5.2 Com remessa ao fabricante	100
6	Colocação e substituição de hidrômetro	-
	6.1 Colocação diâmetro 3/4"	50
	6.2 Colocação diâmetro 1"	90
	6.3 Colocação diâmetro 1 1/2"	200
	6.4 Colocação diâmetro 2"	360
	6.5 Substituição diâmetro 3/4"	30
	6.6 Substituição diâmetro 1"	50
	6.7 Substituição diâmetro 1 1/2"	110
	6.8 Substituição diâmetro 2"	200
7	Ligação de águas s/ fornecimento de hidrômetro	-
	7.1 Diâmetro 3/4" - residencial	300
	7.2 Diâmetro 3/4" - comercial e industrial (à vista)	360
	7.3 Diâmetro 1" - qualquer categoria	360
	7.4 Diâmetro 1 1/2" - qualquer categoria	560
	7.5 Diâmetro 2" - qualquer categoria	560
8	Dimensionamento ramal de entr. (até 10,0 m)	-

8.1	Diâmetro 1/2" para 3/4"	300
8.2	Diâmetro 3/4" para 1"	360
8.3	Diâmetro 3/4" para 1 1/2"	360
8.4	Diâmetro 3/4" para 2"	560
9	Ligação a título precário (construção)	-
	Custo fixo para diâmetro 3/4" (30 dias)	450
10	Conserto no ramal	100
11	Deslocamento de ramal	100
12	Religação no cavalete por falta de pagamento	60
13	Religação no ramal com retirada por falta de pago.	60
14	Venda em caminhão-pipa / usuários (m3)	15
15	Venda em caminhão-pipa / terceiros (m3)	20
16	Recomposição de pavimento (m2)	40

ESGOTO		
17	Desobstrução de ramal	70
18	Deslocamento de ramal	380
19	Substituição de ramal	380
20	Redimensionamento do ramal (até 10,0 m)	490
21	Ligação de esgoto (até 10,0 m)	-
	20.1 Diâmetro 4"- Residencial	380
	20.2 Diâmetro 4"- Comercial	690
	20.3 Diâmetro 4"- Industrial	1.030
	20.4 Diâmetro 6"- Residencial	550
	20.5 Diâmetro 6"- Comercial	760
	20.6 Diâmetro 6"- Industrial	1.520
22	Recomposição de pavimento (m2)	40

SERVIÇOS		
23	Verificação de consumo	40
24	Segunda via de contas	5
25	Segunda via de débitos	5
26	Certidão negativa	15
27	Cancelamento de débito em conta-corrente	5
28	Aprovação de projetos	300
29	Transferência	40

CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Constituem obrigações da Concessionária:

1. planejamento, implantação, ampliação, operação, manutenção, administração e exploração dos serviços objeto do presente instrumento, de forma a cumprir todos os compromissos assumidos perante a CONCEDENTE; nos termos do Edital e do presente Contrato;

2. realizar os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços, objeto da presente contratação, nos termos da Proposta por ela ofertada na licitação que antecedeu o presente Contrato;

3. efetuar, durante o prazo de Concessão, todas as obras necessárias ao cumprimento integral das obrigações por ela assumidas, de forma a executar plena e satisfatoriamente, os serviços ora concedidos;

4. elaborar e implementar esquemas de pronto atendimento ao usuário, inclusive em regime de 24 horas a situações de emergência e, para tanto, mantendo disponíveis recursos materiais e humanos, bem como atender incontinenti às obras em logradouros públicos solicitadas pela CONCEDENTE;

5. zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas de qualquer forma envolvidos nos serviços concedidos, respondendo pelo assessoramento à coletividade na preparação dos dossiês exigidos pelos agentes de proteção do meio-ambiente;

6. cumprir as determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

7. conduzir suas atividades com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, em rigorosa observância às cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento;

8. responder pelo integral cumprimento das regulamentações vigentes no País, em especial quanto às obrigações sociais, trabalhistas, providenciárias, tributárias, securitárias, fiscais, comerciais, civis e criminais, relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços ora concedidos;

9. responsabilizar-se por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados à CONCEDENTE, e/ou a terceiros, face à sua ação ou omissão, ou de seus empregados, subcontratados e prepostos, decorrentes dos serviços ora concedidos;

10. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que antecederam o presente contrato;

11. fornecer à CONCEDENTE todas as informações que forem necessárias ao acompanhamento e à fiscalização dos serviços objeto da presente contratação, bem como, atender às suas solicitações;

12. sustar a prestação dos serviços ora concedidos aos usuários inadimplentes quanto ao pagamento da conta tarifária, a partir do 30º (trigésimo) dia, contados da data do vencimento da aludida conta;

13. cumprir rigorosamente o caput dos incisos 11.3.12, 12.2.11, 12.2.12, 12.2.12.1 e 12.2.14 do Edital da Concessão, sob pena de rescisão do Contrato.

14. Ficam recepcionadas pelo presente instrumento todas as cláusulas e condições constantes do Edital de Licitação nº 002/98, aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro na sessão de 08 de junho de 1999, ficando a CONCESSIONÁRIA e a CONCEDENTE obrigadas a cumpri-lo integralmente, observado o Estatuto Licitatório.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Constituem obrigações da Concedente:

1. obter as concessões de direito de uso do manancial de água bruta, que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento do objeto deste contrato, durante o prazo de vigência deste instrumento;

2. fiscalizar os serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA, zelando pela boa qualidade dos mesmos, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos usuários;

3. realizar, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, uma avaliação dos bens públicos a serem utilizados por esta na prestação dos serviços concedidos, com intuito de determinar o estado de conservação dos mesmos, bem como as condições de sua manutenção, de modo que a CONCESSIONÁRIA possa, ressalvado desgaste por uso normal, devolvê-los, ao término do prazo de Concessão, em condições adequadas de funcionamento.

3.1. para os fins do disposto no item 3 acima, serão lavrados os Termos de Entrega e Recebimento dos bens supra mencionados, quando da assinatura e do término do presente instrumento, sendo que o Termo de Entrega passará a ser parte integrante deste Contrato;

4. responsabilizar-se pela rescisão de todos os contratos por ela firmados anteriormente à assinatura do presente instrumento, referentes aos serviços ora concedidos, arcando com todas as obrigações e responsabilidades decorrentes dos referidos instrumentos e de suas respectivas rescisões, mantendo a CONCESSIONÁRIA atualizada quanto às mesmas;

5. declarar de utilidade pública os bens e as áreas necessários à prestação dos serviços ora concedidos, promovendo as desapropriações, cabendo à CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se pelo pagamento das respectivas indenizações, no caso de terrenos privados;

6. aprovar e homologar o reajuste e a revisão do valor das tarifas e da tabela de prestação de serviços, conforme o previsto no presente instrumento;

7. assegurar à CONCESSIONÁRIA equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma da Cláusula Décima - Sexta do presente instrumento.

8. Informar a CONCESSIONÁRIA sobre aprovações de loteamentos, conjuntos habitacionais e novas indústrias.

9. Assumir a responsabilidade pela quitação de todas as dívidas que tenham sido originadas ou decorram, direta ou indiretamente, das atividades da AMAE-NF ou de suas antecessoras.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES DE METAS

A CONCEDENTE pode solicitar à CONCESSIONÁRIA, e esta deverá atender, alterações no planejamento das metas, objeto desta contratação, desde que assegurada previamente a manutenção do equilíbrio da equação econômico-financeira advinda do Planejamento Econômico-Financeiro da Concessão, constante da PROPOSTA COMERCIAL ofertada pela CONCESSIONÁRIA na Licitação que antecedeu o presente contrato, a qual passa a fazer parte integrante do presente instrumento, juntamente com a PROPOSTA TÉCNICA apresentada na Licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

8.1 - Constituem direitos do usuário:

8.1.1. exigir a prestação de um serviço em nível adequado pela CONCESSIONÁRIA, de forma a ver atendidas as suas necessidades de saúde e higiene,

8.1.2. receber as informações necessárias quanto aos serviços concedidos, bem como quanto à qualidade dos mesmos.

8.2 - O usuário tem a obrigação de pagar em dia as contas relativas às tarifas e à prestação dos demais serviços ora concedidos, sob pena de ter os serviços suspensos, conforme o previsto neste instrumento.

8.3 - Os direitos e obrigações do usuário encontram-se definidos conforme disposto no Edital e no Regulamento da Concessão.

CLÁUSULA NONA - UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

No exercício de suas atividades, poderá a CONCESSIONÁRIA utilizar os bens públicos municipais, estabelecer servidões nas estradas, caminhos e logradouros públicos, para a realização de obras e instalações.

Parágrafo Único: Findo o prazo da presente Concessão, todos os bens públicos e instalações utilizados pela CONCESSIONÁRIA reverterão automaticamente ao Município de Nova Friburgo-RJ, bem como os bens e instalações acrescidos aos mesmos durante a vigência deste Instrumento, em perfeitas condições de uso, conforme as diretrizes previstas neste Instrumento, ressalvado o desgaste por uso normal.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONCEDENTE deverá fiscalizar e assegurar, através do disposto em lei, o fiel e integral cumprimento de todas as obrigações previstas neste Contrato.

Parágrafo Primeiro

Para que a CONCEDENTE possa exercer devidamente sua fiscalização, a CONCESSIONÁRIA deverá manter em seu escritório de administração todos os elementos necessários à prestação das informações e dos esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Parágrafo Segundo

A CONCESSIONÁRIA deverá preparar e apresentar, semestralmente, à CONCEDENTE um relatório dos serviços ora concedidos, bem como dos investimentos realizados, devendo constar no referido relatório todas as atividades ocorridas no período, de modo a existir um perfeito controle quanto à prestação dos

serviços concedidos, bem como quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Parágrafo Terceiro

A CONCESSIONÁRIA deverá publicar anualmente, no Diário Oficial do Município e em dois jornais de ampla circulação local, as demonstrações financeiras, referentes a cada exercício fiscal.

Parágrafo Quarto

A fiscalização do serviço será feita a qualquer tempo e sempre que se fizer necessário, por intermédio de órgão técnico da CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

A presente Concessão poderá ser extinta nos termos da Lei Federal 8987/95, conforme Capítulo IX do Anexo I do Edital, garantidos os direitos da Administração estipulados no aludido diploma.

Parágrafo Primeiro

Extinta a Concessão, em qualquer das hipóteses legais, as PARTES, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da assunção do serviço pela CONCEDENTE, concluirão todos os levantamentos, avaliações e liquidações necessários, sendo que a reversão dos bens, direitos e privilégios vinculados à Concessão somente será efetuada quando do efetivo pagamento da indenização devida.

Parágrafo Segundo

O presente Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA,

somente nos termos do artigo 39 da Lei 8987/95.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - GARANTIAS

A CONCESSIONÁRIA apresenta neste ato a garantia de contratar, no valor de R\$ 559.469,06 (quinhentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e seis centavos), representada pela Apólice de Seguro emitida pela Inter Brazil Seguradora S/A, de nº 01.001.750.000.254, com vencimento em 01 de maio de 2000, ficando a CONCESSIONÁRIA obrigada a promover anualmente a sua renovação, independentemente de notificação, e cuja Apólice fica caucionada junto à CONCEDENTE, através da Termo de Caução firmado pelas partes nesta data;

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PENALIDADES

O não cumprimento de qualquer uma das obrigações estipuladas neste Contrato autorizará a CONCEDENTE a aplicar o disposto ao artigo 39 do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - INDENIZAÇÕES

A CONCEDENTE se obriga a indenizar a CONCESSIONÁRIA pelos investimentos realizados ao longo do período de Concessão, e não amortizados e/ou depreciados até a extinção do presente Contrato, sendo que a indenização de que cuida esta Cláusula será calculada com base no valor atualizado dos investimentos, deduzidas as amortizações e depreciações praticadas durante o período de vigência da CONCESSÃO, além de outras eventuais indenizações cabíveis nos termos do artigo 79, parágrafo segundo, da Lei 8666/93.

Parágrafo Único: O pagamento de tal indenização se fará, de acordo com o disposto nos artigos 35, 36 e 37 da Lei Federal nº 8.987/95.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - TRIBUTOS

A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo recolhimento dos tributos incidentes sobre os serviços ora concedidos, não cabendo à CONCEDENTE qualquer responsabilidade quanto aos mesmos.

Parágrafo Único: Caso venham a ser criados novos tributos ou contribuições ao longo do prazo de vigência do presente Contrato, ou que sejam alterados os tributos ou contribuições existentes, de modo a afetar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do mesmo, as tarifas deverão ser imediatamente revisadas, conforme Edital e Cláusula Décima - Sexta do presente Instrumento, a fim de manter a estrutura inicial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

A fim de garantir a continuidade e adequação da prestação dos serviços concedidos, fica assegurado à CONCESSIONÁRIA o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato sempre que ocorrerem motivos técnicos, econômicos, financeiros, tributários ou conjunturais que possam comprometer a cobertura dos investimentos, dos custos operacionais e de manutenção, bem como em caso de eventual responsabilização da CONCESSIONÁRIA por débitos decorrentes, direta ou indiretamente, das atividades da AMAE-NF ou de suas antecessoras.

Parágrafo Primeiro:

O reequilíbrio previsto nos termos do "caput" desta cláusula poderá ser obtido tanto por meio de ajustes na tarifa dos serviços, quanto por meio de abatimento do valor da outorga.

Parágrafo Segundo:

Ocorrendo atraso em qualquer fase da execução contratual por parte da CONCESSIONÁRIA, ser-lhe-á aplicada a multa diária correspondente a 0,001% do valor da fase, etapa ou obra em atraso.

Parágrafo Terceiro:

O atraso no pagamento à CONCEDENTE de qualquer das verbas constantes do quadro da Outorga, sujeitará a CONCESSIONÁRIA à aplicação do índice da Taxa Referencial - TR sobre o valor devido, a título de compensação financeira.

Parágrafo Quarto:

Verificada a ocorrência eventual de antecipação de pagamentos à CONCEDENTE, será aplicado um desconto sobre os valores correspondentes, aplicando-se igualmente a Taxa Referencial - TR.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Cidade de Nova Friburgo-RJ, para a solução de qualquer pendência originada no presente contrato, renunciando as Partes à qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - LEGISLAÇÃO

O presente contrato será regido em suas omissões e na interpretação de suas condições pelo disposto na Lei Federal 8.666/93 e Lei 8.883/94, Lei Federal 8.987/95 de 13/02/95, Lei Municipal nº 2929 de 02 de setembro de 1.997 e suas alterações como também as demais legislações aplicáveis.

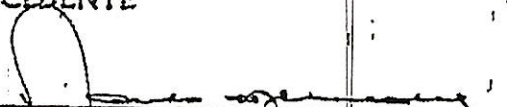
Parágrafo único: São partes integrantes do Contrato, o Edital e seus Anexos I a VII, bem como as propostas da Licitante, nos termos do inciso XI, artigo 55 da Lei

8666/93, o Contrato Social de Constituição da CONCESSIONÁRIA, e todos os Aditivos que vierem a ser firmados pelas partes.

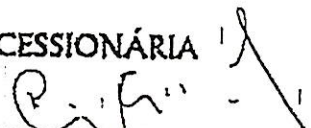
E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 6 (seis) vias de igual valor e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

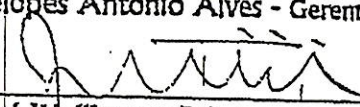
Nova Friburgo, 16 de junho de 1999

CONCEDENTE

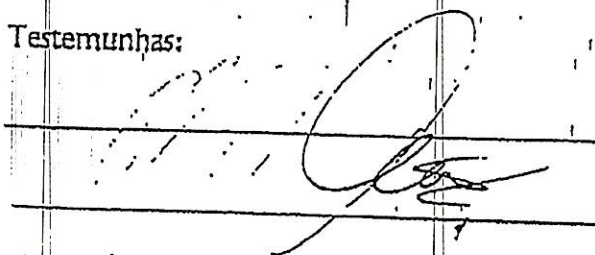

Paulo Azevedo - Prefeito

CONCESSIONÁRIA


Belopes Antonio Alves - Gerente


José Wellington Ribeiro - Gerente

Testemunhas:



**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE CONCESSÃO QUE
ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE NOVA FRIBURGO E CAENF -
CONCESSIONÁRIA DE ÁGUAS E
ESGOTOS DE NOVA FRIBURGO
LTDA., NA FORMA A SEGUIR:**

Aos dezanove dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e nove, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na Av. Alberto Braune, nº 225, nesta cidade, compareceram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Dr. Paulo Azevedo**, do lavante denominado **CONCEDENTE** e, de outro lado, a Empresa **CAENF - CONCESSIONÁRIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA FRIBURGO LTDA.**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede nesta cidade, na Rua Antônio Marid de Azevedo, nº 417, no bairro de Duas Pedras, inscrita no CNPJ do ME sob o nº 03.119.806/0001-91, neste ato representada, em conformidade com o disposto nas cláusulas sétima e nona do seu contrato social, por seus Gerentes Delegados, **Dr. Belopes Antonio Alves**, brasileiro, casado, economista, portador da identidade nº 8.288, expedida pelo Conselho Regional de Economia, inscrito no CPF sob nº 182.851.477-20, e **Dr. José Wellington Ribeiro**, brasileiro, separado, engenheiro, portador da identidade nº 998-D, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, inscrito no CPF sob o número 608.610.108-68, doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, a qual foi constituída pelas empresas **Multiservice Engenharia Ltda.**, sociedade brasileira por cotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Butantã, 500, 9º andar, conjuntos 91 e 92, inscrita no CGC. sob o n.º 27.608.694/0001-09 e **Earth Tech Environment & Infrastructure, Inc.**, sociedade constituída e existente em conformidade com as leis do estado de Wisconsin, com sede em 100 W. Broadway, Suite 5.000, Long

Beach, Califórnia, EUA, ambas integrantes do Consórcio Vencedor da Licitação nº 002/98, na Modalidade de Concorrência Pública, promovida pelo **CONCEDENTE**, têm entre si justo e acordado o presente **SEGUNDO ADITIVO** ao Contrato de Concessão firmado pelas partes em 31 de maio de 1999, e seu primeiro aditivo, para o fim de alterar parcialmente o teor da sua Cláusula Quarta e respectivos parágrafos, como a seguir se expõe, visando adequar o Contrato às disposições do Decreto nº 196, de 18 de agosto de 1999:

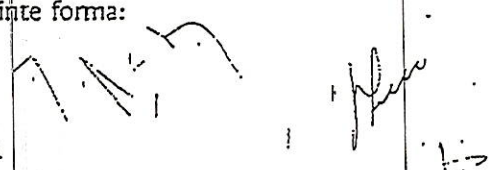
CLÁUSULA PRIMEIRA:

O teor do parágrafo segundo, da cláusula Quarta do Contrato de Concessão, passa a ter a presente redação e o acréscimo de dois parágrafos:

Sem prejuízo das tabelas de prestação de serviços do edital e enquanto permanecer íntegra a redação do Decreto nº 196, de 18.08.99, a Concessionária se obriga a praticar o Contrato de Concessão, cobrando as tarifas nele consagradas, após a introdução do competente equipamento de medição.

Parágrafo Primeiro - Até que a implementação do equipamento ocorra, a Concessionária aplicará as normas contidas no Decreto nº 196, de 18.08.99, comprometendo-se, ainda, a recolher e cancelar as contas emitidas para re-faturamento dentro das condições estabelecidas.

Parágrafo Segundo - Em decorrência do que ora se ajusta e em obediência aos critérios do Decreto nº 196, de 18.08.99, o Poder Concedente ratifica e reconhece sua obrigação em cumprir o estabelecido no parágrafo quarto da mesma cláusula Quarta do Contrato aditando, garantindo o equilíbrio da equação econômica-financeira, aplicando-se a seguinte forma:



**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE CONCESSÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A
CONCESSIONÁRIA DE ÁGUAS E ESGOTOS
DE NOVA FRIBURGO LTDA., NA FORMA A
SEGUIR:**

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil, novecentos e noventa e nove, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na Av. Alberto Braune, nº 225, nesta cidade, Estado do Rio de Janeiro, compareceram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Dr. Paulo Azevedo**, doravante denominado **CONCEDENTE** e, de outro lado, a **CAENF - CONCESSIONÁRIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA FRIBURGO LTDA.**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede nesta cidade, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Antonio Mário de Azevedo, nº 417, Duas Pedras, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.806/001-91, neste ato representadas, em conformidade com o disposto nas cláusulas sétima e nona de seu contrato social, por seus Gerentes Delegados, **Dr. Belopes Antonio Alves**, brasileiro, casado, economista, portador da identidade nº 8.288, expedida pelo Conselho Regional de Economia, inscrito no CPF sob o nº 182.851.477-20, e **Dr. José Wellington Ribeiro**, brasileiro, separado, engenheiro, portador da identidade nº 998-D, expedida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF sob o nº 608.610.108-68, doravante denominado simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, têm, entre si, justo e acordado o presente **TERCEIRO TERMO ADITIVO** ao Contrato de Concessão, firmado pelas partes em 31 de maio de 1999, o qual, em face das modificações ora ajustadas, passa a reger-se bem como os aditivos celebrados, pelos termos e condições que se seguem, tendo em vista as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes estabelecem o dia 1º de julho de 1999 como data base para início da contagem do prazo para cumprimento das metas e marcas finais do Contrato de Concessão.

Cartório do 1º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasileiro, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Custas - Autenticação: R\$ 2,53 (Tabela nº 5 e 9 e Tabela 07, nº 4)

26 de dezembro de 2000

Marcelo Braune - Tabelião / Ivetez Coelho Braune - Escrevente Autenticado



CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de 15 (quinze) meses para a Concessionária implementar as medidas técnico-administrativas indispensáveis à introdução dos equipamentos de medição, previsto na Cláusula Quarta, parágrafo sexto, nota 2 do Contrato de Concessão, com a redação conferida pelo Segundo Termo Aditivo, fica prorrogado para 30 (trinta) meses, contados da data da celebração do referido termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam que a partir de 20 de dezembro de 2000, fica revogado o parágrafo segundo da Cláusula Primeira do Segundo Termo Aditivo, que dava efetividade à Cláusula Décima Sexta do Contrato de Concessão, que trata do reequilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão, justamente com seus aditamentos, não expressamente alterados pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acertados, firma o presente termo, em 06 (seis) vias de um só teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Friburgo, 26 de agosto de 1999

Paulo Azevedo

Belopes Antonio Alves

Jose Wellington Ribeiro

Testemunhas:

Monica F. Kronemberger
RG 08381301-4 IAP

FABIO SALES MONTANO RILLO
RG 06713886-7 IFP

B Cartório do 1.º Ofício de Nova Friburgo
Rua Ernesto Brasília, 48/1º andar - Telefax (024) 523-0001

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original.
Quilbe - Autenticação: RS 2,52 (Tabela 01, nº 6 e 0 + Tabela 07, nº 4)

20 de dezembro de 2000

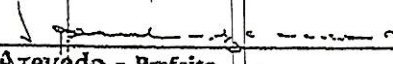
Marcelo Braune - Tabelião / Ivete - Joelho Braune - Escrevente Autorizada




E por assim estarem, justas e contratadas, firmam o presente Termo em 06 (seis) vias de um só teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

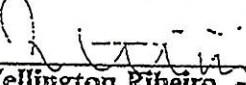
Nova Friburgo, 19 de agosto de 1999

CONCEDENTE


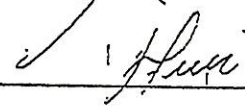

Paulo Azevedo - Prefeito

CONCESSIONÁRIA


Belopes Antonio Alves - Gerente


José Wellington Ribeiro - Gerente

Testemunhas:



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

Publicado em 20.12.108
Jornal A Voz da Serra - pág. 10

**QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE CONCESSÃO QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA
FRIBURGO E A CAENF -
CONCESSIONÁRIA DE ÁGUAS E
ESGOTOS DE NOVA FRIBURGO LTDA.,
NA FORMA A SEGUIR:**

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e oito, na Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, situada na Avenida Alberto Braune nº. 225, nesta cidade, Estado do Rio de Janeiro, compareceram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, neste ato representado pela Exma. Sra. Prefeita, Dra. Maria da Saudade Medeiros Braga, doravante denominado **CONCEDENTE** ou **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a **CAENF - CONCESSIONÁRIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA FRIBURGO LTDA.**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede nesta cidade, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Antonio Mário de Azevedo nº. 417, Duas Pedras, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 03.119.806/0001-91, neste ato representada, em conformidade com o disposto nas cláusulas sétima e nona de seu contrato social, por seu Diretor **Sr. André Luiz Germano Gouveia**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 21.662.092-2 SSP/SP, inscrito no CPF-MF sob o nº 136.245.228-92, com escritório na Rua Butantã, nº 500, 10º andar, conjunto 101, bairro Pinheiros, Cidade de São Paulo - Estado de São Paulo e por seu procurador, **Sr. Antonio Jorge Huguet da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade 06797220-8 IFP/RJ, inscrito no CPF-MF sob o número 000.308.847-21, com escritório na rua Antônio Mário de Azevedo, 417, Bairro Duas Pedras, município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, conforme Procuração regularmente outorgada e anexa a este Termo Aditivo por cópia autêntica, doravante denominada simplesmente **CAENF**, e, na qualidade de **INTERVENIENTE-ANUENTE, SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na R. Francisco Sá nº. 23, sala 807, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.266.129/0001-10, neste ato representada por seu Diretor, Sr. Cláudio



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

Bechara Abduche, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 87107023-6, expedida pelo CREA-RJ, inscrito junto ao CPF-MF sob o nº 825.823.357-20, doravante denominada **ÁGUAS DO BRASIL**, têm, entre si, justo e acordado o presente **QUARTO TERMO ADITIVO** ("Termo Aditivo") ao Contrato de Concessão firmado pelas partes em 31 de maio de 1999, o qual, em face das modificações ora ajustadas, passa a reger-se pelos termos e condições que se seguem.

CONSIDERANDO que a Interveniente-Anuente pretende adquirir o controle societário da CAENF, conforme solicitado no Processo Administrativo Municipal nº 12536/2008;

CONSIDERANDO o desequilíbrio econômico financeiro do contrato em desfavor da CAENF, a impor o seu re-equilíbrio no processo judicial nº 2002.037.02707-7, em trâmite no Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo.

CONSIDERANDO que, segundo proposta da CAENF para o re-equilíbrio econômico-financeiro do contrato e retomada dos investimentos previstos até o final da concessão para cumprimento do Plano Diretor de Obras seria necessária uma conjunção de fatores resumidos na aplicação de 6 (seis) realinhamentos tarifários, anuais, de 7,05% cumulativos; a isenção do pagamento de outorga até o final da concessão; e, o fim da franquia da água fornecida às unidades de serviço público municipal;

CONSIDERANDO que o Município apresentou a sua contraproposta, nos termos do ofício enviado à CAENF em 04 de julho de 2008 emitido pela Exma. Prefeitura, com escopo de re-equilibrar o contrato e permitir a retomada dos investimentos nos sistemas de água e esgoto, conforme detalhado nas cláusulas do presente aditivo, em termos inferiores aos propostos pela CAENF, que foi considerada aceitável até a data de conclusão e homologação, por pertinente Termo Aditivo, da 1ª. Revisão Quadrienal a ser realizada até julho de 2009 nos termos do presente instrumento, pelo Grupo Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A, que pretende adquirir o controle acionário da CAENF, conforme cláusula sétima do presente instrumento;



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de realizar novos investimentos para a melhoria e expansão dos serviços de saneamento básico no Município, notadamente no que se refere ao tratamento dos esgotos coletados, em prol da coletividade, da saúde pública e do meio ambiente;

resolvem firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A partir do mês referência de janeiro de 2009, será devida pela CAENF a taxa de outorga no valor de 2% (dois por cento) sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto de cada mês até o final da concessão, com o que as partes se quitam, mutuamente, de forma ampla, geral e irrestrita de qualquer valor passado relativo a esta rubrica, por si ou sucessores a qualquer título, em caráter irrevogável, irretratável, irrenunciável e sem cláusula de arrependimento. A outorga relativa a cada mês deverá ser paga até o décimo dia útil do mês a ele imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica instituída a contar do mês referência de janeiro de 2009 a taxa de 1% sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto de cada mês, destinada ao custeio com a regulação dos serviços de saneamento pagável pela CAENF ao Município. O recolhimento desta taxa obedecerá a mesma metodologia constante da cláusula primeira anterior.

Parágrafo Único – A taxa de que trata o caput da presente Cláusula passará ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto mensal, a contar do mês referência de julho de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA – A partir do mês referência de janeiro de 2009, será devido pela CAENF, enquanto utilizá-la, o aluguel mensal da sede em valor a ser homologado pelo Município.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

Parágrafo Primeiro - O valor do aluguel será apurado e arbitrado pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Município, observados os parâmetros de mercado e ouvida, no ano em que for realizada Revisão Quadrienal, a entidade a que se refere a cláusula sexta do presente instrumento que deverá, no cálculo preliminar e meramente opinativo, observar obrigatoriamente os parâmetros de avaliação do valor do imóvel utilizados pelo Município de Nova Friburgo.

Parágrafo Segundo - As partes se quitam, mutuamente, de forma ampla, geral e irrestrita de qualquer valor passado relativo a esta rubrica, por si ou sucessores a qualquer título, em caráter irrevogável, irretratável, irrenunciável e sem cláusula de arrependimento.

Parágrafo Terceiro - Entre o mês referência de janeiro de 2009 e aquele em que for celebrado o Termo Aditivo decorrente da Primeira Revisão Quadrienal a que se refere a cláusula sexta deste instrumento, será pago um valor mensal provisório de aluguel igual a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fazendo-se o acerto de contas relativo à eventual diferença existente, para mais ou para menos, em tal rubrica, quando da celebração do termo aditivo decorrente da referida Primeira Revisão Quadrienal.

CLÁUSULA QUARTA - A CAENF deverá realizar os investimentos necessários nos sistemas de produção, adução, reservação e distribuição de água tratada e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, com o objetivo de atingir as metas de atendimento propostas pelo Município no Anexo I do presente Termo Aditivo e dos quadros que o integram, que são partes indissociáveis deste Termo e são oriundos do Ofício expedido pelo Município destinado à CAENF, datado de 04 de julho de 2008.

Parágrafo Único - Fica definido o dia 31 de Dezembro de cada ano como sendo a data de referência para a averiguação do atendimento das referidas metas, iniciando-se em 2009.

CLÁUSULA QUINTA - Ficam estabelecidos, em caráter provisório, a serem ratificados ou revistos após o procedimento a que se refere a cláusula sexta do presente instrumento, sem prejuízo e cumulativamente com os



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

Parágrafo Primeiro - O valor do aluguel será apurado e arbitrado pela Comissão de Avaliação Imobiliária do Município, observados os parâmetros de mercado e ouvida, no ano em que for realizada Revisão Quadrienal, a entidade a que se refere a cláusula sexta do presente instrumento que deverá, no cálculo preliminar e meramente opinativo, observar obrigatoriamente os parâmetros de avaliação do valor do imóvel utilizados pelo Município de Nova Friburgo.

Parágrafo Segundo - As partes se quitam, mutuamente, de forma ampla, geral e irrestrita de qualquer valor passado relativo a esta rubrica, por si ou sucessores a qualquer título, em caráter irrevogável, irretratável, irrenunciável e sem cláusula de arrependimento.

Parágrafo Terceiro - Entre o mês referência de janeiro de 2009 e aquele em que for celebrado o Termo Aditivo decorrente da Primeira Revisão Quadrienal a que se refere a cláusula sexta deste instrumento, será pago um valor mensal provisório de aluguel igual a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fazendo-se o acerto de contas relativo à eventual diferença existente, para mais ou para menos, em tal rubrica, quando da celebração do termo aditivo decorrente da referida Primeira Revisão Quadrienal.

CLÁUSULA QUARTA - A CAENF deverá realizar os investimentos necessários nos sistemas de produção, adução, reservação e distribuição de água tratada e de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, com o objetivo de atingir as metas de atendimento propostas pelo Município no Anexo I do presente Termo Aditivo e dos quadros que o integram, que são partes indissociáveis deste Termo e são oriundos do Ofício expedido pelo Município destinado à CAENF, datado de 04 de julho de 2008.

Parágrafo Único - Fica definido o dia 31 de Dezembro de cada ano como sendo a data de referência para a averiguação do atendimento das referidas metas, iniciando-se em 2009.

CLÁUSULA QUINTA - Ficam estabelecidos, em caráter provisório, a serem ratificados ou revistos após o procedimento a que se refere a cláusula sexta do presente instrumento, sem prejuízo e cumulativamente com os



**Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral**

reajustamentos periódicos contratuais já em vigor, os seguintes percentuais de realinhamento contratual a serem aplicados com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de modo a permitir a retomada dos investimentos para o alcance das metas previstas no Anexo I do presente Termo Aditivo, a saber: **1)** 9,38% (nove inteiros e trinta e oito centésimos por cento) a partir de dezembro de 2008; **2)** 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) a partir de dezembro de 2009; e, **3)** 11,1% (onze inteiros e um décimo por cento) a partir de dezembro de 2010, sendo que a homologação deste último percentual está condicionada ao cumprimento da meta de 30% (trinta por cento) de esgoto tratado em relação ao total de esgoto coletado.

CLÁUSULA SEXTA – Fica implantada a sistemática de revisões ordinárias do contrato, mediante estudos realizados por entidade de notória especialização, a ser contratada especificamente para este fim, com periodicidade de 4 (quatro) anos ("Revisões Quadrienais"). Tais revisões deverão, respeitada a legislação vigente, rever os termos contratuais e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, buscando, dentro do contrato da concessão, a melhor compatibilização e adequação entre prazos, investimentos, estrutura e modicidade tarifárias, de forma a manter o equilíbrio contratual.

Parágrafo Primeiro – A Primeira Revisão Quadrienal ("Primeira Revisão Quadrienal") de que trata o caput da presente Cláusula deverá ser realizada até julho de 2009, a ser realizada pela Fundação Getúlio Vargas, conforme indicação da AGENERSA ("Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro") em seu Ofício de 07/10/2008, conforme processo administrativo número 12.536/2008. O Termo Aditivo que incorporará e formalizará o resultado da Primeira Revisão Quadrienal deverá estar celebrado até o dia 31 de outubro de 2009.

Parágrafo Segundo – No ato da Primeira Revisão Quadrienal, deverá ser apresentada pela CAENF uma proposta de reestruturação tarifária que, entre outras questões, deverá contemplar:



**Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral**

- 1) tarifa de consumo mínimo da categoria residencial de 10m³ (dez metros cúbicos);
- 2) tarifa de categoria social;
- 3) progressividade (todas as categorias de consumo), em especial para categoria comercial, com distinção entre os empreendimentos de pequeno porte e ou categoria mista (economia comercial com residência);
- 4) além dos requisitos acima, a reestruturação tarifária deverá preservar a nova equação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, a ser definida, em caráter definitivo, com a homologação do aditivo ao Contrato de Concessão resultante do processo da Primeira Revisão;
- 5) tarifa diferenciada para unidades de serviço público municipal.

Parágrafo Terceiro – No ato da Primeira Revisão Quadrienal, deverá ser revista e adequada a fórmula de reajuste ordinário da tarifa, de maneira a se obter um reajuste fiel à realidade da evolução de custos da empresa.

Parágrafo Quarto – No ato da Primeira Revisão Quadrienal, deverão ser revistos e adequados os valores de unidades de TRAs a serem pagos pelos serviços extraordinários prestados pela CAENF aos seus usuários, tais como análise de projeto, ligação de água, instalação de hidrômetro, ligação de esgoto, etc.

CLÁUSULA SÉTIMA – O Município de Nova Friburgo concede autorização para transferência de controle acionário da CAENF à empresa Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., conforme Decisão proferida pela Exma. Sra. Prefeita nos autos do Processo Administrativo nº 12.536/2008, às fls. 270/271.

Parágrafo Único – A empresa Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., em observância ao inciso II, do parágrafo único, do artigo 27, da Lei nº 8.987/95, neste ato se compromete expressa e formalmente, a observar e dar integral cumprimento a todas as cláusulas do Contrato de Concessão e seus respectivos Termos Aditivos e Regulamentos.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

CLÁUSULA OITAVA – Fica aprovada a metodologia apresentada pela CAENF, constante do Anexo 2 ao presente instrumento, para os serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário do sistema integrado do distrito Sede de Nova Friburgo e Conselheiro Paulino, através da implantação de interceptores ao longo dos Rios Santo Antônio, Cônego e Bengalas e da Estação de Tratamento de Esgoto de, no mínimo, 300 (trezentos) litros por segundo.

Parágrafo Único - Com relação ao Afastamento e ao Tratamento, a Concessionária responsabiliza-se por todas as atividades de ampliação, manutenção, operação, reparo, substituição, remanejamento, desobstrução e quaisquer outras providências que se façam necessárias.

CLÁUSULA NONA – Fica eliminada, a partir de janeiro de 2009, a franquia de 500 m³ diários de consumo para as unidades de serviço público municipal, sendo que deverá ser aplicada uma tarifa pública diferenciada para determinação do valor mensal devido.

Parágrafo único – O valor mensal devido pelas unidades públicas municipais em função da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário poderá ser descontado das taxas de outorga e/ou aluguel da sede que seriam devidas pela CAENF à Concedente, devendo a CAENF apresentar demonstrativo de cálculo e pagar ou faturar a diferença, conforme o caso.

CLÁUSULA DEZ -- As Partes concordam que após a assinatura do presente Termo Aditivo a CAENF deverá ter sua denominação modificada para Águas de Nova Friburgo.

CLÁUSULA ONZE – O presente Termo Aditivo e tudo o quanto dele convier é firmado pelas partes e por seus sucessores, em caráter irrevogável, irretratável, irrenunciável e sem cláusula de arrependimento, ficando ratificadas todas as demais cláusulas e condições fixadas no contrato concessório e seus termos aditivos que não foram modificadas pelas cláusulas e condições constantes no presente Termo Aditivo.



**Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral**

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de iguais teor e forma, para um só efeito, perante as testemunhas abaixo. Eu, Robson Oliveira Breder, Procurador Geral do Município de Nova Friburgo, o digitei e o subscrevo.
Nova Friburgo-RJ, 08 de dezembro de 2008.

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
SAUDADE BRAGA
PREFEITA**



**CAENF - CONCESSIONÁRIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA
FRIBURGO LTDA
ANDRÉ LUIZ GERMANO GOUVEIA
DIRETOR**

**CAENF - CONCESSIONÁRIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA
FRIBURGO LTDA
ANTONIO JORGE HUGUET DA SILVA
PROCURADOR**

**SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.
CLÁUDIO BECHARA ABDUCHE
DIRETOR-GERAL**

Com relação ao tratamento de esgotos, que hoje possui apenas 0,81% de esgoto tratado, em relação ao volume de esgotos coletados, no ano de 2011 seriam tratados 64%, o que representaria cerca de 83% (população com coleta) X 64% (% de tratamento) = 53% da população com esgotos coletados e tratados. Em 2013 este percentual atingiria 85%. (Lembrar que um aumento real tarifário, de 11,1%, previsto para dezembro de 2010, fica condicionado ao tratamento efetivo de 30% do volume de esgotos gerados)

Quadro 3 - Metas de Atendimento de Tratamento de Esgotos

Índice de Atendimento para Afastamento e Tratamento dos Esgotos Coletados

Ano	1ª Etapa da ETE	2ª Etapas da ETE	3ª Etapa da ETE	ETEs dos Distritos	0,00%	24,40%	1,98	0,81%
2008	-	-	-	-	0,00%	26,34%	2,79	1,10%
2009	-	-	-	-	32,10%	27,67%	82,74	31,88%
2010	-	-	-	-	65,43%	28,65%	168,89	63,24%
2011	-	-	-	-	98,77%	29,40%	258,29	94,03%
2012	-	-	-	-	100,00%	100,00%	276,24	100,00%
2013	-	-	-	-	100,00%	100,00%	277,80	100,00%
2014	-	-	-	-	100,00%	100,00%	279,38	100,00%
2015	-	-	-	-	100,00%	100,00%	281,05	100,00%
2016	-	-	-	-	100,00%	100,00%	282,80	100,00%
2017	-	-	-	-	100,00%	100,00%	284,57	100,00%
2018	-	-	-	-	100,00%	100,00%	286,36	100,00%
2019	-	-	-	-	100,00%	100,00%	288,17	100,00%
2020	-	-	-	-	100,00%	100,00%	289,99	100,00%
2021	-	-	-	-	100,00%	100,00%	291,84	100,00%
2022	-	-	-	-	100,00%	100,00%	293,71	100,00%
2023	-	-	-	-	100,00%	100,00%	295,59	100,00%
2024	-	-	-	-	100,00%	100,00%	297,47	100,00%

Seria importante reforçar que os reajustes ora propostos pela PMNF asseguram, ainda que de forma provisória o re-equilíbrio do Contrato, sob as seguintes condições e premissas:

- 1) Saldo do Investimento a ser retornado e remunerado pelo prazo remanescente da Concessão, igual ao saldo da dívida da CAENF com a controladora Tyco (R\$ 47,3 milhões em julho de 2007);
- 2) Taxa Interna de Retorno (T.I.R) = 10,0% a.a (conforme proposto pela CAENF);
- 3) Investimentos (CAPEX) : Conforme orçamento revisado pelos consultores da PEZCO
- 4) Custo operacionais (OPEX) : Idem

[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO nº 008, de 26 de janeiro de 2009

"SUSPENDE A EFICÁCIA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A CAENF - CONCESSIONÁRIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE NOVA FRIBURGO LTDA, COM A INTERVENIÊNCIA-ANUÊNCIA DA SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Nova Friburgo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

Considerando a necessidade de estudos maiores no que diz respeito aos termos e condições estabelecidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado entre o Município de Nova Friburgo e a Concessionária de Águas e Esgotos de Nova Friburgo LTDA, tendo como objeto os serviços de fornecimento de água potável e coleta, adução e tratamento de esgoto sanitário neste Município;

Considerando que a Administração Pública tem a prerrogativa de rever seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, conforme entendimento jurisprudencial sumulado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal (Súmula nº 473);

Considerando que, na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em vigor, não deve ser penalizada a população local, usuária do serviço concedido, com a cobrança de tarifas excessivamente onerosas, considerado o seu valor, diretamente ou indiretamente, para o cálculo respectivo, e

Considerando, por fim, que o aludido instrumento, aditivo ao contrato originário, desafia análise sob o aspecto de sua adequação à Lei e ao Edital de Licitação que orientou a concessão do serviço público em tela,

D E C R E T A



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 1º - Fica suspensa a eficácia, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 08 de dezembro de 2008, data de sua assinatura, do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado entre o Município de Nova Friburgo e a empresa CAENF - Concessionária de Águas e Esgotos de Nova Friburgo LTDA, com intervenção e anuência da empresa Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A, para a execução dos serviços de fornecimento de água potável, coleta, adução e tratamento de esgoto sanitário ao qual se refere (considerado pelo inteiro teor de suas disposições).

Parágrafo único - Durante o prazo referido no *caput* deste artigo, além das disposições nele encontradas, a concessionária deverá observar a cobrança das tarifas aos serviços concedidos nos valores unitários praticados anteriormente à celebração do Quarto Termo Aditivo mencionado, sem a inclusão, portanto, do percentual de aumento nele estabelecido (Cláusula Quinta).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Friburgo-RJ, 26 de janeiro de 2009:

HERODOTO BENTO DE MELLO
Prefeito



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

Publicado em 28/07/10
Formal Q. U. da Sena n.º 7582 Anexo I

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CONCESSÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A
CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO
LTDA., NA FORMA A SEGUIR:**

Aos vinte e um de julho de dois mil e dez, na sede do Município de Nova Friburgo, situada na Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, Avenida Alberto Braune nº 225, nesta cidade, Estado do Rio de Janeiro, compareceram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Engº Heródoto Bento de Mello, doravante denominado **CONCEDENTE** ou **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a **ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO S/A**, nova denominação social da empresa Caenf – Concessionária de Águas e Esgotos de Nova Friburgo Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede nesta cidade, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Antonio Mário de Azevedo, nº 417, Duas Pedras, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.119.806/0001-91, neste ato representada, em conformidade com o disposto nas cláusulas sétima e nona de seu contrato social, por seus Diretores, Dr. Carlos Henrique da Cruz Lima, brasileiro, casado, engenheiro, portador da identidade nº 33.670-D, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob o nº 307.892.147-68 e Dr. Dante Luiz Luvisotto, brasileiro, casado, engenheiro, portador da identidade nº 6182-D expedida pelo CREA/PR, inscrito no CPF sob o nº 282.319.379-00 doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, a fim de ajustar o presente **QUINTO TERMO ADITIVO** ao Contrato de Concessão firmado pelas partes em 31 de maio de 1999, mediante as condições que se seguem:

CONSIDERANDO as disposições da Cláusula Sexta do Quarto Termo Aditivo, que implantou a sistemática de revisões ordinárias do contrato, mediante estudos realizados por entidade de notória especialização, e a periodicidade quadrienal de revisão;

CONSIDERANDO as conclusões dos estudos técnicos especializados, expressos em alentado laudo, realizados pela conceituada Fundação Getúlio Vargas – FGV, indicada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, conforme destacado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta do mencionado Quarto Termo Aditivo;

CONSIDERANDO as disposições ínsitas no Parágrafo Segundo da Cláusula Sexta do Quarto Termo Aditivo que orienta no sentido de, no ato da Primeira Revisão Quadrienal, ser apresentada proposta de reestruturação tarifária, que deverá contemplar tarifa de consumo mínimo da categoria residencial de 10m³ (dez metros cúbicos); tarifa de categoria social; progressividade (todas as categorias de consumo), tarifa para comércio de pequeno porte; tarifa diferenciada para unidades de serviço público municipal; e que, além dos requisitos acima, a reestruturação tarifária deverá preservar a equação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, a ser definida, em caráter definitivo, com a



**Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral**

homologação do presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão resultante do processo da primeira revisão;

CONSIDERANDO o desequilíbrio econômico-financeiro advindo em razão das mudanças na estrutura tarifária de que trata o *considerando* anterior;

CONSIDERANDO que tais orientações foram objeto dos criteriosos e sólidos estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, cujo laudo passa a integrar o presente Termo de forma indissociável;

CONSIDERANDO a observância pelo estudo técnico da Fundação Getúlio Vargas – FGV da determinação do Poder Concedente no tocante à preservação da política de gradualismo tarifário;

CONSIDERANDO a solicitação por parte do Poder Concedente relativa à alteração do projeto de coleta e tratamento de esgoto constante no Anexo 2 do Quarto Termo Aditivo, visando o aumento do número de Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs, para a construção de 6 seis estações ao invés de uma prevista, bem como o aumento da capacidade instalada de tratamento de esgoto de 300l/s para 472l/s, de forma a repor o efluente tratado em locais próximos ao da sua coleta, garantindo, assim, a perenidade dos Rios Cônego, Santo Antônio e Bengalas;

CONSIDERANDO o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, pelo qual foi apresentada solução para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de forma menos impactante e gravosa aos consumidores do serviço público de saneamento, mantendo-se a modicidade e o gradualismo tarifário, sem onerar o erário e sem inviabilizar o serviço concedido, de interesse público da mais alta relevância, porquanto resguarda a saúde pública e o meio-ambiente;

CONSIDERANDO, por fim, a imperiosa necessidade de manutenção do novo ritmo de investimento que já se faz notar com a melhoria e expansão dos serviços de saneamento básico no Município, notadamente no que se refere ao tratamento dos esgotos coletados, em prol da coletividade, da saúde pública e do meio ambiente;

Resolvem firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes condições, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A Cláusula Oitava do Quarto Termo Aditivo passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula Oitava – Fica aprovada a metodologia apresentada pela Águas de Nova Friburgo, constante do Anexo 1 do Quinto Termo Aditivo, para os serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário do sistema integrado do distrito Sede de Nova Friburgo e Conselheiro Paulino, através da implantação



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

de interceptores ao longo dos Rios Santo Antonio, Cônego e Bengalas, subdivididos em bacias que conduzirão os efluentes à 6 (seis) Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs que, juntas, tratarão, em média, 472 litros por segundo, conforme representadas no aludido Anexo 1, e a seguir descritas:

ETE – Olaria: 120L/s;
ETE – Centro: 180L/s;
ETE – Cônego: 40L/s;
ETE – Ponte da Saudade: 10L/s;
ETE – Córrego Dantas: 22L/s;
ETE – Conselheiro Paulino: 100L/s.

Parágrafo Primeiro - Com relação ao Afastamento e ao Tratamento, a Concessionária responsabiliza-se por todas as atividades de ampliação, manutenção, operação, reparo, substituição, remanejamento, desobstrução e quaisquer outras providências que se façam necessárias.

Parágrafo Segundo - Os quadros relativos às metas de atendimento de água tratada, coleta, afastamento e tratamento de esgoto em relação ao coletado, referentes à população total do Município de Nova Friburgo, encontram-se definidos no Anexo 2 do Quinto Termo Aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA - A estrutura tarifária e a tabela de tarifa de serviço originariamente estabelecida pelo Parágrafo Sexto da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão passam a ser as consignadas na Tabela disposta no Anexo 3 deste Quinto Termo Aditivo, a vigorar a partir de 1º de outubro de 2010.

Parágrafo único - O **MUNICÍPIO** definirá por meio de édito próprio os critérios para a concessão da Tarifa Social, limitada ao máximo de 3513 (três mil, quinhentos e treze) usuários residenciais do sistema, em consonância com o limite estabelecido no estudo apresentado pela FGV.

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo do Contrato de Concessão fica estendido por mais cento e oitenta meses, a contar do término do prazo inicialmente previsto e em curso desde a data da ordem de serviço inicial do contrato, como instrumento complementar de realinhamento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Parágrafo único - A presente prorrogação corresponde ao uso parcial, para fim de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, previsto no item 3.2 da Cláusula Terceira do referido contrato, que assegura a possibilidade de prorrogação do prazo contratual, que permanece em vigor.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

CLÁUSULA QUARTA – Sem prejuízo do previsto na Cláusula Quinta do Quarto Termo Aditivo, o valor da TRA a vigorar a partir centésimo sexagésimo segundo mês contado da ordem de serviço inicial do contrato sofrerá, em decorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme apurado em estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, os seguintes acréscimos: a) Na referência dez/11 o valor da TRA sofrerá variação de 2,64% (dois inteiros e sessenta e quatro décimos de por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em nov/11, de forma cumulativa à parcela do efeito inflacionário, conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do Contrato concessório; b) Na referência dez/12 o valor da TRA sofrerá variação de 2,64% (dois inteiros e sessenta e quatro décimos de por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em nov/12, de forma cumulativa à parcela do efeito inflacionário, conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do Contrato concessório; c) Na referência dez/13 o valor da TRA sofrerá variação de 2,64% (dois inteiros e sessenta e quatro décimos de por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em nov/13, de forma cumulativa à parcela do efeito inflacionário, conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do Contrato concessório; d) Na referência dez/14 o valor da TRA sofrerá variação de 2,64% (dois inteiros e sessenta e quatro décimos de por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em nov/14, de forma cumulativa à parcela do efeito inflacionário, conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do Contrato concessório; e) Na referência dez/15 o valor da TRA sofrerá variação de 2,64% (dois inteiros e sessenta e quatro décimos de por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em nov/15, de forma cumulativa à parcela do efeito inflacionário, conforme Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do Contrato concessório.

CLÁUSULA QUINTA – Fica a **CONCESSIONÁRIA** autorizada a incluir nas contas-consumo o repasse aos usuários do sistema os valores pagos ao INEA relativos à taxa de recursos hídricos conforme determina a Lei 5234/08 e o Decreto 41974/09, observado o limite legal percentual, bem como as vedações legais referentes a determinadas categorias de usuários.

Parágrafo único – A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ao **MUNICÍPIO** anualmente a memória de cálculo, bem como o comprovante de pagamento junto ao INEA da taxa em referência.

CLÁUSULA SEXTA – A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar, sem ônus para o **MUNICÍPIO**, no prazo de 90 (noventa) dias, o Plano Municipal de Saneamento em consonância com a Lei Federal nº 11.445/2007, abrangendo os serviços concedidos e também os inerentes à coleta e destinação final de resíduos sólidos e drenagem urbana.

CLÁUSULA SÉTIMA – A **CONCESSIONÁRIA**, em razão dos reequilíbrios de que tratam o presente Termo Aditivo e a Cláusula Quinta do Quarto Termo Aditivo, dá plena, rasa e geral quitação ao Município de Nova Friburgo em relação ao período anterior à celebração do presente Quinto Termo Aditivo, especialmente em relação aos valores apurados em laudo pela Comissão de Peritos em favor da Concessionária na ação judicial autuada entre as partes sob o número 2002.037.002707-7 nesta Comarca de Nova Friburgo, RJ.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

CLÁUSULA OITAVA – O presente Termo Aditivo e tudo o quanto dele convier é firmado pelas partes e por seus sucessores, em caráter irrevogável, irretratável, renunciado o direito ao arrependimento, ficando ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato concessório e seus termos aditivos, que não foram modificadas pelo preente termo aditivo.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de iguais teor e forma, rubricando as suas demais páginas, para um só efeito, perante as testemunhas adiante nomeadas e assinadas.

Nova Friburgo-RJ, 21 de julho de 2010

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
Engº. HERÓDOTO BENTO DE MELLO
PREFEITO

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO S/A.
CARLOS HENRIQUE DA CRUZ LIMA
DIRETOR-GERAL

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO S/A.
DANTE LUIZ LUVISOTTO
DIRETOR



Estado do Rio de Janeiro
Município de Nova Friburgo
Procuradoria Geral

Anexo III

PROPOSTO			
TRA	1,4660		
Categoria	Consumo (m³/mês de 30d)	Fator	Tarifa de Água
Residencial	Tarifa Mínima	10,00	14,66
	0 a 10	1,00	1,466
	11 a 30	2,20	2,932
	31 a 50	3,00	4,398
	51 a 100	6,00	8,796
	Acima de 100	8,00	11,728
Tarifa Social	Tarifa Mínima	10,00	7,330
	0 a 10	1,00	0,733
	Acima de 10	1,00	0,733
Comercial	Tarifa Mínima	10,00	43,980
	0 a 10	3,00	4,398
	11 a 20	5,00	7,330
	21 a 30	5,99	8,781
	Acima de 30	6,40	9,382
Industrial	Tarifa Mínima	30,00	206,706
	0 a 30	4,70	6,890
	31 a 130	5,40	7,916
	Acima de 130	5,70	8,356
Público	Tarifa Mínima	15,00	29,027
	0 a 15	1,32	1,935
	Acima de 15	2,92	4,281
Público Municipal	0 a 15	0,92	1,348
	Acima de 15	1,35	2,00



**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE CONCESSÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA
FRIBURGO E ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO
LTDA., NA FORMA A SEGUIR:**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, situada na Avenida Alberto Braune nº. 225, nesta cidade, Estado do Rio de Janeiro, compareceram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito, Sr. Renato Pinheiro Bravo, doravante denominado **CONCEDENTE** ou **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a **ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.**, nova denominação social da empresa **CAENF – Concessionária de Águas e Esgotos de Nova Friburgo LTDA., SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, COM SEDE NESTA CIDADE**, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Antônio Mário Azevedo, nº 417, Duas Pedras, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.119.806/0001-91, neste ato representadas, em conformidade com o disposto nas Cláusulas Sétima e Nona de seu Contrato Social, por seus diretores, João Henrique Tebyriça de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 07394276-5, emitida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 008.382.567-32 e Márcio Salles Gomes, brasileiro, casado, engenheiro, portador da identidade nº 09422791-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 023.948.017-19, doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, a fim de ajustar o presente **SEXTO TERMO ADITIVO** ao Contrato de Concessão firmado pelas partes em 31 de maio de 1999, mediante as condições que seguem:

CONSIDERANDO as disposições da Cláusula Sexta do Quarto Termo Aditivo, que implanta a sistemática de revisões ordinárias do contrato, mediante estudos realizados por entidade de notória especialização, e a periodicidade quadrienal de revisão;




CONSIDERANDO as conclusões dos estudos técnicos especializados, expressos em laudo, realizados pela conceituada Fundação Getúlio Vargas – FGV concluído em abril de 2018;

CONSIDERANDO a dinâmica evolutiva temporal das políticas urbanas e, por conseguinte, dos serviços públicos de saneamento básico, decorrentes de fatores intrínsecos derivados da função social das Cidades, conforme pontificado pelo artigo 2º da Lei 10.257/2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana, que geraram solicitações do Poder Concedente;

CONSIDERANDO o interesse público de que se revestem os serviços de saneamento básico e o dinamismo dos inúmeros fatores conjunturais que o englobam, a orientar o poder público e seus delegatários ao suprimento das necessidades humanas, desde que assegurados os princípios que caracterizam os serviços públicos concedidos, mormente da modicidade tarifária e do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, que devem ser preservados e/ou restaurados em momento oportuno, em prol de sua regularidade e, por conseguinte, da coletividade;

CONSIDERANDO o desequilíbrio causado pela não aplicação do reajuste ordinário de 6,6567%, calculado anualmente pela fórmula paramétrica do Contrato de Concessão, referente ao ano de 2010;

CONSIDERANDO que o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, determinou a aplicação de cinco realinhamentos tarifários extraordinários anuais de 2,64% de 2011 até 2015, sendo certo que por determinação do PODER CONCEDENTE não foram aplicados os dois últimos degraus de realinhamento tarifário de 2,64%;



CONSIDERANDO a não realização da 2ª Revisão Quadrienal na data em que deveria ter ocorrido, nos termos da Cláusula Sexta do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que deveria ocorrer em 2015, a qual somente agora foi realizada, conforme estudos multidisciplinares complexos realizados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, concluído em abril de 2018, onde apurados os fatores e eventos ocorridos dentro do período de alcance desta 2ª Revisão, somente efetivada neste instrumento;

CONSIDERANDO que o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato constituiu, até a presente data, fator impeditivo para a Concessionária implantar as Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário de Ponte da Saudade e do Cônego;

CONSIDERANDO a vocação turística do Município de Nova Friburgo e atratividade natural dos distritos de São Pedro da Serra e Lumiar, a merecerem uma atenção especial relativa à infraestrutura de sistema de saneamento, como elemento de preservação da saúde pública, do meio ambiente e fomento do turismo e da atividade econômica em geral;

CONSIDERANDO que no estudo da FGV, concluído em abril de 2018, foi considerada como data base de reajuste ordinário os meses de janeiro de cada ano;

CONSIDERANDO, por fim, o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato apurado no estudo multidisciplinar realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV concluído em abril de 2018, onde apresentadas alternativas para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

RESOLVEM firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O Parágrafo Único da Cláusula Segunda do Quinto Termo Aditivo, que homologa e estrutura a Tarifa Social prevista no item 2 do Parágrafo Segundo da Cláusula Sexta do Quarto Termo Aditivo, passa a ter a seguinte redação:

“PARÁGRAFO ÚNICO - A Tarifa Social prevista no item 2 do Parágrafo Segundo da Cláusula Sexta do Quarto Termo Aditivo e homologada na Cláusula Segunda, Parágrafo Único do Quinto Termo Aditivo, limitada à 3.513 (três mil quinhentos e treze) usuários residenciais do sistema que preencherem os seguintes requisitos:

I - Comprovar junto ao Setor Comercial da Concessionária Águas de Nova Friburgo ser beneficiário do Programa habitacional popular do Governo Federal, Estadual ou Municipal, de Programa socioassistencial de transferência direta de renda na modalidade “Aluguel/Auxílio Social”, mediante comprovação por Documento Oficial; ou estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) e/ou Programa Bolsa Família (PBF) do Governo Federal; e ainda atender a pelo menos dois critérios conjuntos, dentre os enumerados a seguir:

- a) Residência unifamiliar;
- b) Residir em área construída até 70 (setenta) metros quadrados;
- c) Possuir média mensal de consumo de água igual ou inferior a 10m³, pelo período de 12 (doze) meses;

II - Manter-se adimplente com Águas de Nova Friburgo. Caso o cliente deixe de quitar suas contas por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias e tenha o abastecimento interrompido por inadimplemento, o benefício será suspenso e só poderá voltar a ser solicitado após 12 (doze) meses da regularização total dos débitos;

III – Não manipular indevidamente qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da Concessionária. Caso o cliente manipule indevidamente qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da Concessionária, o benefício será suspenso e só poderá voltar a ser solicitado após 12 (doze) meses da regularização da instalação.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Oitava do Quarto Termo Aditivo, alterado pela Cláusula Primeira do Quinto Termo Aditivo passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula Oitava – Fica ratificada a metodologia para coleta e tratamento dos esgotos, para os serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário do sistema integrado do distrito Sede de Nova Friburgo e Conselheiro Paulino, através da implantação de interceptores com tomada de tempo seco, ao longo dos Rios Santo Antonio, Cônego e Bengalas, subdivididos em bacias que conduzirão os efluentes à 5 (cinco) Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs Olaria, Centro, Conselheiro Paulino, Cônego e Ponte da Saudade que, juntas, tratarão, em média, 472 (quatrocentos e setenta e dois) litros por segundo, sendo certo que as duas últimas deverão estar concluídas até o final do ano 2022.

Parágrafo Primeiro - Com relação ao Afastamento e ao Tratamento, a Concessionária responsabiliza-se exclusivamente por todas as atividades de ampliação, manutenção, operação, reparo, substituição, remanejamento, desobstrução e quaisquer outras providências que se façam necessárias.

Parágrafo Segundo – As metas de atendimento de abastecimento de água tratada, coleta, afastamento e tratamento de esgoto em relação ao coletado, referentes à população do Município de Nova Friburgo, encontram-se definidas no quadro abaixo:

Ano	Abastecimento de Água (%)	Afastamento de Esgoto (%)	Tratamento de Esgoto (%)
2018	95%	85%	90%
2019	95%	85%	90%
2020	95%	85%	90%
2021	95%	85%	90%
2022	95%	90%	100%
2023	95%	90%	100%
2024 em diante	95%	90%	100%

Parágrafo Terceiro – Em função da destruição causada pela catástrofe ambiental que atingiu Nova Friburgo em janeiro de 2011 fica revogada a obrigação em relação à construção da Estação de Tratamento de Esgotos de Córrego D’Antas, prevista no *caput* da Cláusula Primeira original do Quinto Termo Aditivo. Devido à redução da ocupação e à implantação de Parque Fluvial inundável na região, os esgotos que seriam conduzidos a esta Estação serão destinados a tratamento na Estação de Tratamento de Esgotos de Conselheiro Paulino, construída com capacidade maior que a prevista no *caput* da Cláusula Primeira original do Quinto Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica a CONCESSIONÁRIA obrigada a implantar os sistemas de tratamento de esgotos dos distritos de São Pedro da Serra e de Lumiar, incluindo as ligações domiciliares, redes, elevatórias e Estações de Tratamento até o final do ano de 2022.

CLÁUSULA QUARTA – Ficam concedidos 5 (cinco) degraus de realinhamentos no percentual de 4,57% (quatro inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) cada, a serem aplicados anualmente, da seguinte forma: a) Na referência jan/20, o valor da TRA sofrerá variação de 4,57% (quatro inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em dez/19, de forma cumulativa com a parcela de reajuste inflacionário anual previsto no Contrato, já apurada em procedimento próprio e de acordo com a fórmula paramétrica contratual; b) Na referência jan/21, o valor da TRA sofrerá variação de 4,57% (quatro inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em dez/20, de forma cumulativa com a parcela de reajuste inflacionário anual previsto no Contrato;

c) Na referência jan/22, o valor da TRA sofrerá variação de 4,57% (quatro inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em dez/21, de forma cumulativa com a parcela de reajuste inflacionário anual previsto no Contrato; d) Na referência jan/23, o valor da TRA sofrerá variação de 4,57% (quatro inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em dez/22, de forma cumulativa com a parcela de reajuste inflacionário anual previsto no Contrato; e) Na referência jan/24, o valor da TRA sofrerá variação de 4,57% (quatro inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) de acréscimo sobre o valor da TRA vigente em dez/23, de forma cumulativa com a parcela de reajuste inflacionário anual previsto no Contrato; sendo certo que a partir de então os reajustes inflacionários anuais previstos no contrato ocorrerão sempre nas referências janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – em decorrência do previsto no caput da presente Cláusula, tornam-se insubsistentes os acréscimos de realinhamentos de que tratam as alíneas “d” e “e” da Cláusula Quarta do Quinto Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – As partes se obrigam por si e seus sucessores, em caráter irrevogável, irretratável, irrenunciável e sem cláusula de arrependimento a cumprir o presente termo fazendo dele sempre bom, firme e valioso, para um só efeito e todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão e dos seus Termos Aditivos, que não tenham sido alcançados pelo presente termo aditivo, do qual o presente ADITAMENTO passa a fazer parte integrante para efeitos a contar desta data.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam as partes o presente Termo Aditivo ao contrato de concessão em 3 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

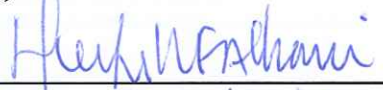
Nova Friburgo/RJ, 19 de dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
Renato Pinheiro Bravo
Prefeito Municipal


ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.
João Henrique Tebyriça de Sá
Diretor

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.
Márcio Salles Gomes
Diretor

1ª) Testemunha:


Nome: DANIELA LEMOS R F ALBANI
CPF: 110 349 757 06

2ª) Testemunha:


Nome: WILTON JOSÉ MATTOS NEVES
CPF: 026.312.647-11



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 30322

DATA 21 : 12 : 22 Termo 238/2022

Folhas Nº 128 Rubrica Felipe

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que entre si firmam o **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO** e a empresa **ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA**, na forma a seguir:

Aos 19 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, na Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, situada na Avenida Alberto Braune nº. 225, nesta cidade, Estado do Rio de Janeiro, compareceram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Sr. **Johnny Maycon Cordeiro Ribeiro**, doravante denominado **CONCEDENTE** ou **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a **CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.**, nova denominação social da empresa **CAENF – Concessionária de Águas e Esgotos de Nova Friburgo LTDA., SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, com sede nesta cidade, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Antônio Mário Azevedo, n. 417, Córrego D'Antas, inscrita no CNPJ sob o n. 03.119.806/0001-91, neste ato representadas, em conformidade com o disposto nas Cláusulas Sétima e Nona de seu Contrato Social, por seus diretores, **Danielle Silva de Souza Moreira**, brasileira, casada, engenheira, portadora da identidade n. 11.599.637-3, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrita no CPF sob o n. 079.230.487-03 e **Márcio Salles Gomes**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da identidade n. 09422791-5, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF sob o n. 023.948.017-19, doravante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, a fim de ajustar o presente **SÉTIMO TERMO ADITIVO** ao Contrato de Concessão firmado pelas partes em 31 de maio de 1999, mediante as condições que seguem:

CONSIDERANDO o atual cenário econômico que afeta sobremaneira o País, gerando um aumento do custo de vida da população e que vem afetando todos os friburguenses;

CONSIDERANDO que a economia local ainda se recupera da grave crise gerada pela Pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que é dever do Município adotar medidas que auxiliem na rápida recuperação da economia local;

CONSIDERANDO que, excepcionalmente, para o ano de 2022, foi aplicado o reajuste com base no IPCA, o que gerou uma diferença entre este índice e aquele previsto pela fórmula paramétrica que deixou de ser aplicada;

CONSIDERANDO que é vontade do Município diluir o quarto e quinto degraus tarifários que seriam aplicados nos anos de 2023 e 2024;

CONSIDERANDO a que os Decretos Declaratórios de Utilidade Pública nº 1.526 e 1.527, para efeitos de desapropriação das áreas destinadas à construção da ETE Cônego e ETE Lumiar, foram publicados em 27 de junho de 2022;

CONSIDERANDO que foi evidenciado possíveis impactos na vizinhança do Distrito de São Pedro da Serra com a construção da ETE São Pedro;



CONSIDERANDO que a Concessionária teve êxito em encontrar um imóvel de excelente localização técnica e situacional capaz de atender aos Distritos de Lumiar e de São Pedro da Serra plenamente, com o mínimo impacto de vizinhança, o que não ocorreria se houvesse a implantação em cada Distrito;

CONSIDERANDO a modernização das ETE's Olaria e Centro, que possibilitam o tratamento dos esgotos sanitários das Bacias do Santa Elisa, Catarcione, Parque Imperial e Ponte da Saudade;

RESOLVEM firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – As 02 (duas) parcelas restantes do equilíbrio econômico financeiro do contrato, no percentual de 4,57% (quatro inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), que seriam aplicados nas referências de janeiro de 2023 e janeiro de 2024 somadas à diferença entre o reajuste autorizado e o previsto na fórmula paramétrica que seria aplicado em janeiro de 2022 nas contas com vencimento em fevereiro de 2022, ficam substituídas e diluídas em 8 (oito) realinhamentos de 3,26% (três inteiros e vinte e seis centésimos) nas referências janeiro de 2023 à janeiro de 2030, nos termos do Processo Administrativo n. 30322/2021, ficando autorizado à Concessionária, desde já, a aplicar os realinhamentos cumulativamente com os reajustes inflacionários anuais previstos contratualmente.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da publicação em 27 de junho de 2022 dos Decretos Declaratórios de Utilidade Pública 1.526 e 1.527, para efeitos de desapropriação das áreas destinadas à construção das ETE Lumiar e ETE Cônego ficam postergados os prazos para conclusão da ETE Lumiar e da ETE Cônego para 18 (dezoito) meses a contar da imissão na posse das áreas declaradas de utilidade pública em composição amigável ou processo judicial.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica a CONCESSIONÁRIA autorizada a alterar o projeto de esgotamento sanitário do Distrito de São Pedro da Serra, substituindo a implantação da ETE São Pedro pela construção de linha de recalque de esgoto de São Pedro da Serra para Lumiar, de elevatória para transposição desse esgoto coletado e a construção de uma ETE em Lumiar com capacidade para tratamento e atendimento das demandas dos Distritos de Lumiar e de São Pedro da Serra, ficando, assim, alteradas as disposições em contrário neste específico item.

CLÁUSULA QUARTA – Em decorrência das obras de modernização das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) Olaria e Centro, melhorando a capacidade de vazão e tratamento, fica autorizada a CONCESSIONÁRIA a substituir a implantação da ETE Ponte da Saudade pela construção de elevatórias e linha de recalque, conduzindo os esgotos das bacias do Santa Elisa, Catarcione, Parque Imperial e Ponte da Saudade para as ETE's Olaria e Centro, ficando, assim, alteradas as disposições em contrário neste específico item.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em razão do previsto na presente Cláusula e da diferença de valores entre o projeto originário e o projeto atual para transposição de bacias do Santa Elisa, Catarcione, Parque Imperial e Ponte da Saudade, apurados no correspondente processo administrativo, a Concessionária se obriga a recolher ao erário Municipal a importância de R\$ 1.729.520,00 (um milhão, setecentos e vinte e nove mil e quinhentos e vinte reais), em até 30 dias a contar da publicação do presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – As dúvidas e omissões relativas ao presente Termo Aditivo serão solucionados nos termos, para os efeitos e no juízo eleito no Contrato de Concessão, renunciando as mesmas a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 30322
DATA 21/12/22
Folha nº 196 de 196
Folha nº 196 de 196

CLÁUSULA SEXTA – O presente Termo Aditivo e tudo o quanto dele sobrevir é firmado pelas partes, por si e seus sucessores a qualquer título, em caráter irrevogável, irretratável, irrenunciável e sem cláusula de arrependimento, ficando ratificadas todas as demais cláusulas e condições fixadas no Contrato Concessório e nos aditamentos que não forem modificados ou conflitantes com as cláusulas e condições constantes presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente Termo Aditivo será publicado, por extrato, no órgão de publicação dos atos oficiais do Município, nos termos e para os efeitos do parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal 8.666/93.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de iguais teor e forma, para um só efeito e todos os fins de direito, perante as testemunhas maiores e idôneas que também o assinam.

JOHNNY MAYCON
CORDEIRO
RIBEIRO:11020333758

Assinado digitalmente por JOHNNY MAYCON CORDEIRO
RIBEIRO:11020333758
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=23468245000104, OU=Presencial, OU=Certificado PF A3, CN=JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO-11020333758
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.12.20 00:35:18-03'00'
Font: PDF Reader Versão: 12.1.0

CONCEDENTE
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
JOHNNY MAYCON

DANIELLE SILVA DE SOUZA
MOREIRA:07923048703
Assinado de forma digital por
DANIELLE SILVA DE SOUZA
MOREIRA:07923048703
Dados: 2022.12.19 17:06:16
-03'00'

CONCESSIONÁRIA
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA
DANIELLE SILVA DE SOUZA MOREIRA
DIRETORA

MARCIO SALLES
GOMES:023948017
19

Assinado de forma digital por
MARCIO SALLES
GOMES:02394801719
Dados: 2022.12.19 17:04:54 -03'00'

CONCESSIONÁRIA
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA
MARCIO SALLES GOMES
DIRETOR



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

Testemunhas:

- 1) Nome:
CPF:
- 2) Nome:
CPF:

PROCESSO N° 30322
DATA 21 : 12 , 22
Folhas N° 191 Rubrica *Felipe*



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

www.pmnf.rj.gov.br | Av. Alberto Braune, 225 – Centro Nova Friburgo, RJ | Tel.: (22) 2525-9100

IMPrensa Oficial

Avisos, Editais, Termos de Contratos e Convênios

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Administrativo: 30322/2021

Data da Assinatura: 19/12/2022

Partes: Município de Nova Friburgo e a empresa Águas de Nova Friburgo

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Objeto: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgotos - Equilíbrio Econômico Financeiro

Fundamentação Legal: Lei 8666/93 Art 61

Foro: Comarca de Nova Friburgo

Nova Friburgo, 19 de dezembro de 2022

Johnny Maycon
Prefeito

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
DATA: 21 / 12 / 2022
FOLHA: 1365 PÁGINA: 9



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 2966123
DATA 17 05 25
FOLHA Nº 1238 RUBICA

Termo n. 006/2025

TERMO ADITIVO

**8º Termo Aditivo ao CONTRATO DE
CONCESSÃO celebrado entre o
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO e ÁGUAS DE
NOVA FRIBURGO LTDA.**

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado,

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, com sede na Avenida Alberto Braune nº 225, Centro, Nova Friburgo/RJ, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 200740538, expedida pelo DIC/RJ e inscrito no CPF sob o nº 110.203.337-58, doravante denominado simplesmente “**PODER CONCEDENTE**”,

e, de outro lado,

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA., sociedade limitada com sede na Avenida Antônio Mário Azevedo, nº 417, Córrego D'Antas, Nova Friburgo/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.806/0001-91, neste ato representada, em conformidade com o disposto nas Cláusulas Sétima e Nona de seu Contrato Social, por seus diretores, **DANIELLE SILVA DE SOUZA MOREIRA**, brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade nº 11.599.637-3, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrita no CPF sob nº 079.230.487-03 e o **CARLOS EDUARDO TAVARES DE CASTRO**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº M-4.794.697, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 963.190.116-53, ambos com endereço comercial na Avenida Marquês do Paraná nº 110 – Centro – Niterói/RJ, doravante denominada simplesmente “**CONCESSIONÁRIA**”, sendo **PODER CONCEDENTE** e **CONCESSIONÁRIA** denominados, em conjunto, como “**PARTES**” e, individualmente, como “**PARTE**”,

Considerando a vigência do Contrato de Concessão para gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e esgotos sanitários nos perímetros urbanos do Município de Nova Friburgo, firmado em 31 de maio de 1999 (“Contrato de Concessão”);



2966/23
12 01 23
12/01/23
12/01/23

Considerando a vigência da Lei nº 14.026/20 (Novo Marco Legal do Saneamento), que definiu as metas de universalização dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, assim como os prazos para seu atendimento;

Considerando a previsão contida no parágrafo terceiro da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão, a qual determina que o processo de revisão das tarifas será realizado com a participação do **PODER CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA**, bem como que deve ser instruído com Relatório Técnico que demonstre a necessidade e repercussão da revisão nas Tarifas;

Considerando o processo de 3ª Revisão Ordinária pertinente ao período de 2018 a 2022, Processo Administrativo nº 2966/2023, que tem como objeto a análise dos eventos de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato enfrentados pela **CONCESSIONÁRIA**, bem como das diretrizes propostas pelo **PODER CONCEDENTE** através do Ofício SGG/GAB nº 119/2023, datado de 25 de maio de 2023;

Considerando a apresentação, pela **CONCESSIONÁRIA**, de Relatório Técnico em 04 de agosto de 2023, seguido de manifestação do **PODER CONCEDENTE** através do Ofício SGG/GAB nº 22/2024 datado de 31/01/2024, solicitando atualização do Relatório Técnico;

Considerando o disposto na Cláusula Sexta do 4º Termo Aditivo que implantou a sistemática de revisões ordinárias do Contrato de Concessão, tendo sido contratada a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia - FUNDACE como entidade de notória especialização com vistas a revisar os termos contratuais e o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, bem como realizar estudo sintetizado no Relatório Técnico revisado e datado de 24/06/2024, buscando a melhor compatibilização e adequação entre prazos, investimentos, estrutura e modicidade tarifária, de forma a manter o equilíbrio contratual;

Considerando o período de atraso para regularização e imissão da posse por parte do **PODER CONCEDENTE** para a **CONCESSIONÁRIA** das áreas destinadas à implantação da ETE Cônego e ETE Lumiar, devido a fatores externos não atribuíveis à última, como a ocupação irregular por terceiros e tratativas junto aos moradores do entorno, o que influi nas metas de atendimento dos serviços;

Considerando, por fim, a aprovação e homologação, pelo **PODER CONCEDENTE**, da 3ª Revisão Ordinária do Contrato de Concessão, do Relatório Técnico que integra o Processo

2



PROCESSO 2966/23
14 01 28
1230

Administrativo nº 2966/2023, na forma do item 6 da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão, optando, em prol da modicidade tarifária.

Resolvem as PARTES celebrar o presente Termo Aditivo, que será assinado e publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FINALIDADE DO ADITIVO

1.1. Em vista do acima, bem como considerando o constante no processo administrativo de nº 2966/2023, este instrumento tem como objeto:

- 1.1.1. Incorporar a “Tarifa de Pequeno Comércio” à Estrutura Tarifária do Contrato de Concessão celebrado entre as **PARTES**;
- 1.1.2. Ampliar o alcance do desconto tarifário da Tarifa Social mediante a introdução de novos critérios de elegibilidade e de uma nova estrutura tarifária para categoria Social;
- 1.1.3. Reduzir o valor das Tarifas de Ligação Nova de Água e de Ligação Nova de Esgoto para os usuários devidamente inscritos no CadÚnico;
- 1.1.4. Reduzir o valor da Tarifa de Religação do Serviço de Abastecimento de Água para os usuários devidamente inscritos no CadÚnico;
- 1.1.5. Implementar na Estrutura Tarifária a categoria de “Instituições filantrópicas cadastradas junto ao Município”, com a respectiva Tarifa a ser praticada, com desconto, neste ato limitado a 18 (dezoito) unidades;
- 1.1.6. Determinar a expansão dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário nas localidades de Horto Vino, Granja Spinelli e Varginha;
- 1.1.7. Readequar as metas de atendimento dos serviços prestados;
- 1.1.8. Diluir os 5 (cinco) degraus remanescentes de 3,26% (três vírgula vinte e seis por cento) anteriormente previstos na Cláusula Primeira do 7º Termo Aditivo; e
- 1.1.9. Estabelecer as medidas de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA TARIFA DE PEQUENO COMÉRCIO

2.1. Fica estabelecido que serão cadastrados como beneficiários da “Tarifa de Pequeno Comércio” os usuários da categoria comercial de pequeno porte com consumo mensal de até 5m³ (cinco metros cúbicos).



14 01 25
1231 2966123

- 2.1.1. Os usuários cadastrados como beneficiários da “Tarifa de Pequeno Comércio” serão tarifados no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da Tarifa Mínima Comercial, de 10m³ (dez metros cúbicos), para o consumo de 0 (zero) à 5m³ (cinco metros cúbicos);
- 2.1.2. Ocorrendo consumo mensal superior à 5m³ (cinco metros cúbicos) de água, não será aplicada a “Tarifa de Pequeno Comércio”, sendo o consumo tarifado integralmente pela Estrutura Tarifária ordinária correspondente à categoria comercial;
- 2.1.3. São condições para cadastro e manutenção da “Tarifa de Pequeno Comércio”, que (i) a ligação seja comercial ou mista, (ii) o usuário esteja adimplente quando da emissão das faturas, (iii) não haja irregularidades/fraudes ou qualquer intervenção não autorizada na ligação e/ou no medidor de consumo (hidrômetro) e (iv) o consumo seja de até 5m³ (cinco metros cúbicos) de água no mês de referência da fatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA TARIFA SOCIAL

- 3.1. O número de ligações beneficiadas com a Tarifa Social terá expansão de 3.513 (três mil, quinhentas e treze) ligações para 4.513 (quatro mil, quinhentas e treze) ligações, a partir da vigência do presente termo aditivo.
- 3.2. Caso alcançado o número de ligações previstas no item anterior, o **PODER CONCEDENTE** poderá autorizar o incremento previsto na Cláusula Oitava do presente Termo Aditivo, item 8.2, hipótese em que incidirá o mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão constante na referida Cláusula.
- 3.3. Para cadastramento no benefício da Tarifa Social, os usuários deverão atender cumulativamente aos seguintes requisitos:
 - 3.3.1. Ser beneficiário do Programa habitacional popular do Governo Federal, Estadual ou Municipal ou de Programa socioassistencial de transferência direta de renda na modalidade “Aluguel/Auxílio Social” ou estar inscrito no Cadastro Único (CadÚnico) e/ou Benefício de Prestação Continuada (BPC);
 - 3.3.2. Possuir média mensal de consumo de água igual ou inferior a 15m³ (quinze metros cúbicos) nos últimos 12 (doze) meses;
 - 3.3.3. Residir em edificação unifamiliar ou multifamiliar com medição individualizada do consumo hídrico; e

4



PROCESSO Nº 2966123
DATA 18/05/2018
Folha Nº 1232 Rubrica

- 3.3.4. Não apresentar irregularidades, fraudes ou qualquer intervenção não autorizada na ligação e/ou medidor de consumo.
- 3.4. A unidade usuária beneficiada que deixar de se enquadrar nos critérios de elegibilidade previstos no item 3.3 por 3 (três) meses poderá ter o benefício da Tarifa Social reavaliado pela Concessionária, a seu exclusivo critério.
- 3.5. Para economias cadastradas com o benefício da Tarifa Social, será aplicada a Estrutura Tarifária a seguir:

Faixa de consumo	Tarifa Nova
Até 10 m ³	0,5 TRA
11- 15 m ³	0,5 TRA
16 – 30 m ³	1 TRA
Acima 30m ³	1,5 TRA

CLÁUSULA QUARTA: DAS TARIFAS DE LIGAÇÃO NOVA DE ÁGUA E DE ESGOTO PARA USUÁRIOS INSCRITOS NO CADÚNICO

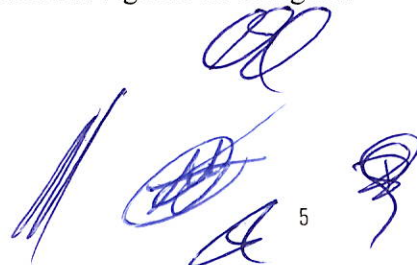
- 4.1. Usuários inscritos no CadÚnico gozarão de desconto de 70% (setenta por cento) no valor da Tarifa de Ligação Nova de Água (LNA) e da Tarifa de Ligação Nova de Esgoto (LNE) sobre os respectivos valores vigentes e constantes na Tabela de Serviços da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA QUINTA: DA TARIFA DE RELIGAÇÃO DE ÁGUA PARA USUÁRIOS INSCRITOS NO CADÚNICO

- 5.1. Usuários inscritos no CadÚnico gozarão de desconto de 70% (setenta por cento) no valor da Tarifa de Religação de Água, sobre o valor vigente e constante na Tabela de Serviços da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA SEXTA: DA TARIFA PARA INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS CADASTRADAS NO MUNICÍPIO

- 6.1. Os titulares de ligações da categoria Público Municipal que comprovarem a condição de instituições filantrópicas cadastradas como tal no Município de Nova Friburgo farão jus à aplicação de desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da tarifa vigente da Categoria Público Municipal.





PROCESSO Nº 2966/23
DATA 12/01/23
ASSINATURA [assinatura]

6.2. Fica estabelecido o limite de 18 (dezoito) unidades consumidoras como beneficiárias dessa categoria.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E/OU ESGOTAMENTO SANITÁRIO NAS LOCALIDADES DE HORTO VINO, GRANJA SPINELLI E VARGINHA

7.1. A **CONCESSIONÁRIA** realizará a implantação, nos termos previstos nos instrumentos contratuais, do Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário na localidade de Horto Vino.

7.2. A **CONCESSIONÁRIA** realizará a implantação, nos termos previstos nos instrumentos contratuais, do Sistema de Esgotamento Sanitário na localidade de Granja Spinelli.

7.3. A **CONCESSIONÁRIA** realizará a implantação, nos termos previstos nos instrumentos contratuais, do Sistema de Esgotamento Sanitário na localidade de Varginha.

7.4. A **CONCESSIONÁRIA** realizará a expansão dos Sistemas previstos nesta cláusula em até 48 meses após a assinatura deste termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA: DA DILUIÇÃO DOS DEGRAUS DE REALINHAMENTO TARIFÁRIO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO

8.1. Ficam diluídos, pelas medidas previstas nos itens 9.1.1 a 9.1.3, os 5 (cinco) degraus de realinhamento tarifário remanescentes que seriam aplicados a partir de janeiro de 2026 até janeiro de 2030, no percentual de 3,26% (três vírgula vinte e seis por cento) cada, pactuados no 7º Termo Aditivo.

8.1.1. Fica ratificada a aplicação do degrau de 3,26% (três vírgula vinte e seis por cento) em janeiro de 2025, em observância ao 7º Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. As **PARTES** resolvem adotar as seguintes medidas, em conjunto, para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, com vistas a compensar as alterações objeto do presente Termo Aditivo:

9.1.1. Aplicação do degrau de 3,26% (três vírgula vinte e seis por cento) em janeiro de 2025, em observância ao 7º Termo Aditivo;

9.1.2. Conforme estudos técnicos e financeiros constantes do Processo Administrativo nº 2966/2023, serão aplicados 08 (oito) degraus tarifários anuais de 4,01% (quatro

[assinaturas]



PROCESSO Nº 2966/2023
1234

vírgula zero um por cento), de forma concomitante aos reajustes tarifários ordinários anuais, a partir de janeiro de 2026; e

9.1.3. Como instrumento complementar e indispensável à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, conforme estudos técnicos e financeiros constantes do Processo Administrativo nº 2966/2023, fica ampliado o prazo do Contrato de Concessão por mais 120 (cento e vinte) meses, a contar do ano de 2039, passando seu término para 01/07/2049.

9.2. O número de ligações beneficiadas com a Tarifa Social constante no item 3.1. poderá ser elevado de 4.513 (quatro mil, quinhentos e treze) para 5.513 (cinco mil, quinhentos e treze) por determinação do Poder Concedente, ensejando na aplicação de reajuste tarifário automático de 0,11% (zero vírgula onze por cento) sobre a tarifa vigente, concomitante ao reajuste tarifário ordinário, devendo ser aplicado para vigor em janeiro do ano subsequente à determinação para ampliação do número de ligações beneficiadas.

9.3. Caso as Instituições Filantrópicas excedam 18 (dezoito) entidades cadastradas, o volume excedente relativo aos descontos concedidos na Cláusula Sexta do presente instrumento será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro na próxima Revisão Ordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS PRAZOS PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DA ETE LUMIAR E CÔNEGO

10.1. Em razão dos atrasos na imissão da posse das áreas destinadas à construção das ETE Lumiar e ETE Cônego, por motivos alheios à **CONCESSIONÁRIA**, ficam postergados os prazos para conclusão da ETE Lumiar e da ETE Cônego para 18 (dezoito) meses a contar da data em que forem concedidas as licenças e as anuências necessárias para a execução das obras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ADEQUAÇÃO DAS METAS

11.1. Tendo em vista o atraso na imissão da posse das áreas destinadas à construção das ETE Lumiar e ETE Cônego, conforme descrito no item 9.1, por motivos alheios à vontade da Concessionária, assim como a implantação do atendimento nas localidades de Horto Vино, Granja Spinelli e Varginha, as metas de cobertura referentes ao atendimento da população urbana do Município de Nova Friburgo, previstas no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do Sexto Termo Aditivo, passam a vigorar na forma a seguir:

ANO	META DE COBERTURA		
	ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%)	COLETA DE ESGOTO (%)	TRATAMENTO DE ESGOTO EM RELAÇÃO À COLETA (%)
2026	95%	90%	80%
2029	95%	90%	100%

7



2966/23
14 01 25
1235

11.2. A Concessionária já atingiu a meta de universalização do serviço de abastecimento de água na área de Concessão conforme previsto na Lei nº 11.445/07, devendo adotar as medidas necessárias para assegurar a atual cobertura até o final do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PUBLICAÇÕES DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12.1. Em razão de alteração do artigo 289 da Lei nº 6.404/1976 (“LSA”), em decorrência da Lei nº 13.818/2019, foram dispensadas as publicações exigidas pela LSA no Diário Oficial, motivo pelo qual fica desde logo acordado que a **CONCESSIONÁRIA** deverá publicar suas demonstrações financeiras anualmente tão somente em um jornal de grande circulação do Município, de forma resumida, e no endereço eletrônico do mesmo jornal na internet de forma integral, alterando-se, em consequência, a regra prevista na Cláusula Décima, parágrafo terceiro, do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA CONCLUSÃO DA TERCEIRA REVISÃO ORDINÁRIA

13.1. Com a aprovação e homologação do Relatório Técnico apresentado dentro do Processo Administrativo nº 2966/2023 e do presente Termo Aditivo, as **PARTES** concluem o procedimento da 3ª Revisão Ordinária do Contrato de Concessão, outorgando-se, reciprocamente, a mais ampla, plena, irrevogável e irretratável quitação quanto ao cumprimento das obrigações contratuais até a presente data, para nada mais reclamarem, uma das outras, a esse respeito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VIGÊNCIA DAS ALTERAÇÕES

14.1. Os benefícios tarifários determinados no presente Termo Aditivo serão válidos a partir das faturas com referência no mês de janeiro de 2025.

14.2. As demais Cláusulas do presente terão vigência a partir da assinatura e publicação do extrato do Termo Aditivo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As palavras e as expressões em maiúsculas não definidas no presente Termo Aditivo terão o mesmo significado que lhes foram atribuídas no Contrato de Concessão.

15.2. As disposições do presente Termo Aditivo ficam automaticamente incorporadas ao Contrato de Concessão, independentemente de qualquer outra formalidade, sendo ratificadas em sua integralidade todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão que não tenham sido alcançadas e alteradas expressa ou lógica pelo presente Termo Aditivo.



PROCESSO Nº 2960123
DATA 17/01/2018
1236

- 15.3. As **PARTES** declaram e garantem umas às outras que a celebração deste Termo Aditivo e o cumprimento das obrigações nele previstas: (i) não violam, infringem ou de qualquer forma contrariam disposições de qualquer contrato, compromisso ou outra obrigação relevante de qualquer das **PARTES**; (ii) não infringem qualquer disposição de lei, decreto, norma ou regulamento, ordem administrativa ou judicial; ou (iii) não exigem qualquer consentimento, aprovação ou autorização de qualquer pessoa física ou jurídica com relação às Partes, de tal modo que todas possuem plena capacidade e autoridade para celebrar o presente instrumento, realizar todas as operações aqui previstas e cumprir todas as obrigações aqui assumidas.
- 15.4. As **PARTES** envolvidas no presente Termo Aditivo afirmam e declaram que este poderá ser assinado por meio eletrônico, sendo consideradas válidas as referidas assinaturas. As Partes também declaram reconhecerem como válidas as assinaturas eletrônicas feitas através da plataforma “DocuSign”, “Idoc” ou outra equivalente, quando enviadas para os respectivos endereços de e-mail dos signatários, nos termos do parágrafo 2º do art. 10 da MP 2200-2/2001.
- 15.5. Os casos omissos que, porventura, surgirem no curso da execução do presente Instrumento serão solucionados de comum acordo pelos partícipes signatários, mediante a elaboração e assinatura de Termos Aditivos.
- 15.6 As **PARTES** devem informar imediatamente a outra sobre quaisquer irregularidades ou alteração na realidade fática que possam prejudicar a execução deste Acordo. O dever de informação abrange eventuais atrasos e impedimentos à boa e total execução dos serviços contratados, sejam de ordem técnica, legal ou material, inclusive nos casos fortuitos ou de força maior.
- 15.7. As **PARTES** declaram respeitar toda e qualquer legislação aplicável à proteção da privacidade e Dados Pessoais, observando estritamente o disposto na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - “LGPD”).
- 15.8. As **PARTES** atenderão aos princípios da probidade e boa fé, e aos deveres desses decorrentes, como os de lealdade, sigilo, cooperação e informação, abstenendo-se cada uma delas de praticar qualquer conduta indevida, irregular ou ilegal, ou de adotar qualquer conduta que prejudique os interesses da outra, inclusive após a extinção do vínculo contratual.
- 15.9. As **PARTES** não poderão ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do presente Termo, no todo ou em parte.
- 15.10. O presente Termo Aditivo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, não estando sujeito a direito de arrependimento, que é formalmente renunciado pelas **PARTES** neste ato, obrigando as Partes, seus herdeiros e sucessores, a qualquer título.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

2066123
01
28

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam as **PARTES** o presente Termo Aditivo, de forma eletrônica, juntamente das testemunhas maiores e idôneas abaixo assinadas.

Nova Friburgo, 13 de janeiro de 2025.

Johnny Maycon
Prefeito do Município de Nova Friburgo

Danielle Silva de Souza Moreira
Diretora
Concessionária Águas de Nova Friburgo Ltda

Carlos Eduardo Tavares De Castro
Diretor
Concessionária Águas de Nova Friburgo Ltda

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF/MF nº:

Nome: RODRIGO CARVALHO
CPF/MF nº: 075.089.287-09

2.

Nome:

CPF/MF nº:

Nome: RODRIGO CARVALHO
CPF/MF nº: 056 490 137-20

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Administrativo: 2966/2023

Data da Assinatura: 13/01/2025

Partes: Município de Nova Friburgo e a empresa Águas de Nova Friburgo

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Objeto: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Prestação do Serviços de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgotos – (Incorporar a “Tarifa de Pequeno Comércio”; Ampliar o alcance do desconto tarifário da Tarifa Social; Reduzir o valor das tarifas de Ligação e Religação para os usuários devidamente inscritos no CadÚnico; Implementar na Estrutura Tarifária a categoria de “Instituições Filantrópicas”; Determinar a expansão dos serviços nas localidades de Horto Vino, Granja Spinelli e Varginha.

Fundamentação Legal: Lei 14026/2020 Lei 8987/1995

Foro: Comarca de Nova Friburgo

Nova Friburgo, 13 de janeiro de 2025



Johnny Maycon
Prefeito

2966/2023
14
05
1238



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

www.pmnf.rj.gov.br | Av. Alberto Braune, 225 – Centro Nova Friburgo, RJ | Tel.: (22) 2525-9100

IMPrensa Oficial

Atos do Prefeito

2966/2023
14 05 23
1239

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo Administrativo: 2966/2023

Data da Assinatura: 13/01/2025

Partes: Município de Nova Friburgo e a empresa Águas de Nova Friburgo

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Objeto: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Prestação do Serviços de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgotos – (Incorporar a “Tarifa de Pequeno Comércio”; Ampliar o alcance do desconto tarifário da Tarifa Social; Reduzir o valor das tarifas de Ligação e Religação para os usuários devidamente inscritos no CadÚnico; Implementar na Estrutura Tarifária a categoria de “Instituições Filantrópicas”; Determinar a expansão dos serviços nas localidades de Horto Vino, Granja Spinelli e Varginha.

Fundamentação Legal: Lei 14026/2020 Lei 8987/1995

Foro: Comarca de Nova Friburgo

Nova Friburgo, 13 de janeiro de 2025

Johnny Maycon
Prefeito